



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

SUÊNIA MARIA BARBOSA DE LIMA

**A Identidade Política Internacional Brasileira e o Estreitamento das Relações
Brasil – África no Governo Lula 2003-2010.**

João Pessoa - PB
2012

SUÊNIA MARIA BARBOSA DE LIMA

**A Identidade Política Internacional Brasileira e o Estreitamento das Relações
Brasil – África no Governo Lula 2003-2010.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Relações Internacionais da
Universidade Estadual da
Paraíba - UEPB, em
cumprimento à exigência para
obtenção do grau de bacharel.**

**Prof. Dr^a. Silvia Garcia Nogueira - UEPB
Orientadora**

**João Pessoa - PB
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

L732i Lima, Suênia Maria Barbosa de.
 A identidade política internacional brasileira e o estreitamento das relações Brasil - África no governo Lula (2003-2010). / Suênia Maria Barbosa de Lima. – 2012.
 53f.

 Digitado.

 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Relações Internacionais, 2012.

 “Orientação: Prof. Dra. Silvia Nogueira, Relações Internacionais”.

 1. Identidade política internacional do Brasil. 2. Relações internacionais Brasil- África. 3. Política Internacional - governo Lula - 2003-2010. I. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FOLHA DE DEFESA COM OS MEMBROS DA BANCA

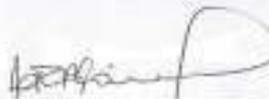
ALUNO(A): SUENIA MARIA BARBOSA DE LIMA
MATRÍCULA: 071521011

A IDENTIDADE POLÍTICA INTERNACIONAL BRASILEIRA E O ESTREITAMENTO DAS
RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO GOVERNO LULA (2003- 2010)

Monografia apresentada no Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.



Professor(a) Silvia Garcia Nogueira (Orientador(a)) - UEPB



Professor(a) Luiza Rosa Barbosa de Lima - UEPB



Professor(a) Gabriela Gonçalves Barbosa - UEPB



Professor(a) Maria Lúcia Abouze Guerre - UEPB

Jodo Pessoa, 05 de dezembro de 2012.

A África tem sede de Brasil. (Celso Amorim)

DEDICATÓRIA

A minha Família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a minha querida orientadora que iluminou este trabalho com sua luz acadêmica de mérito e prestígio.

A comunidade acadêmica presente aqui nesta banca: Luisa Rosa Barbosa de Lima, Gabriela Gonçalves, Lucinha Abaurre Gnerre e a todos os mestres e doutores os quais passaram pela minha vida acadêmica até agora como: Dóris Sayago, Heleno Rotta, Raquel Melo, Henrique Altemani, Cristina Pacheco, José Carlos.

Agradeço aos profissionais da biblioteca que tanto auxiliam nossa jornada de estudos. Meus sinceros agradecimentos às secretárias do curso de Relações Internacionais: Sandra, Kaline e Aylla.

Ao senhor Deus agradeço por me conceder esta existência terrena para estudar as Relações Internacionais e possibilitar minha contribuição para esta vida acadêmica de linha de estudo social.

A minha família, base de todas as realizações em minha vida. À minha mãe Rita Maria, ao meu irmão Wellington Barbosa, a minha avó materna Maria das Neves, a meu pai Evaldo Cleodon que mesmo ausente na minha vida, de alguma forma contribuiu para este processo.

Aos meus sonhos, alicerce de toda a minha trajetória de estudante - sem eles eu nada realizaria.

A influência de nobres escritores que tanto me inspiram para a vida: Clarice Lispector, Fernando Pessoa e especialmente: Cecília Benevides de Carvalho Meireles.

Aos meus amigos de muitos anos que nunca me deixaram desistir de lutar e sempre estão comigo: Maria José Soares, ao casal Maria e José, Noane, Raniêr, Isabela e especialmente Lanaíra Tomé Nascimento, Thalita Tó, e meu amigo Elton Oliveira já falecido.

Às amigas que nasceram no berço da UEPB: Mikaely e Thiago Amorim, Robson de Brito, Nillo Cordeiro, Nivaldo Pires, Aline Simplício, Lídia Bruna, Wembley Lucena, Joabson Soares, Dani Luna, Flaviano Fagner Menezes, Lusimeire Pereira, Jordênia Adelaide, Morgana, Aurélio e Josilma.

Aos professores queridos que passaram pela minha vida escolar: Maria das Graças Soares do primário, professora de Português: Mércia Feitosa, e a professora inesquecível do Olivina Olívia: Sílvia Patrícia.

Ao meu querido amigo Randerson Lucena, pelas mensagens de carinho e motivação no celular, muito grata.

Aos meus amigos virtuais: Maria Luisa e Leonardo Jorge.

À nova pessoa que me tornei hoje, pois, o curso de RI ampliou minha identidade humana.

Aos momentos inesquecíveis desta fase de amadurecimento pessoal, pois eu aprendi que quando nossos sonhos são maiores que nós, devemos alongar nossas asas, esgarçar nossos medos, ampliar nossos mundos, dimensionar o infinito e partir em busca da estrela. Voar alto, voar longe, voar livre, simplesmente voar.

A todos, muito obrigada!

Resumo

A identidade internacional de um Estado tem efeito positivo nas agendas internacionais dos países porque as utilizam como estratégia de inserção de tal país no sistema internacional. A identidade tem o papel importante de definir e expor os interesses dos Estados isto resulta em estreitamento ou distanciamento das relações diplomáticas entre Estados. A identidade internacional do Brasil foi construída através de aspectos de nossa identidade nacional de composição multiétnica, aberto as diversidades, uma cultura racial democrática, aspectos estes que tomaram projeção internacional e refletiram na construção da identidade internacional brasileira. Somos um país com identidade política internacional identificada como um investidor de *Soft Power* desde a década de 1990. O presente trabalho tem o propósito de analisar a importância estratégica da identidade internacional no estreitamento das relações entre Brasil- África no governo Lula 2003- 2010. As principais argumentações para a eficácia do estreitamento das relações político-diplomáticas entre Brasil e países africanos, estão baseadas nos conceitos de identidade: identidade política internacional composta por uma identidade coletiva denominada de identidade afro-brasileira que diante do objeto de estudo, defendemos a hipótese de que o presidente Luís Inácio Lula da Silva utilizou a formação de nossa identidade política internacional brasileira para melhor inserir o país no sistema internacional, assim, deixando que a identidade coletiva, a identidade afro-brasileira viesse a colaborar para o estreitamento das relações diplomáticas entre Brasil- África resultando numa política de cooperação Sul- Sul. Para tanto, através de uma metodologia qualitativa foi feito um levantamento bibliográfico sobre as identidades que compõem o Brasil e depois passamos ao desenvolvimento destas identidades como construtoras de um meio político diplomático entre Brasil- África do período em questão. E por último, utilizamos relatórios do site do Itamaraty sobre cooperação Sul- Sul para a dedução lógica do trabalho.

Palavras- Chaves: Identidade política internacional- identidade coletiva, identidade afro- brasileira- Brasil- África- Governo Lula.

Abstract

The international identity of a State has positive effect on international agendas of countries because uses them as an insertion strategy of such country in the international system. The identity has important role of defining and exposing the interests of the States this results in narrowing or distancing of diplomatic relations between States. The Brazil's international identity was built through aspects of our national identity of multiethnic composition, opened to diversities, a racial democratic culture, aspects that had an international projection and reflect in the construction of Brazilian's international identity. We're a country with international political identity identified as an investor of Soft Power since the 1990s. This present study has the purpose of analyzing the strategic importance of the international identity on narrowing of the relations between Brazil-Africa on Lula's government 2003- 2010. The main arguments for effectiveness of the narrowing of political-diplomatic relations between Brazil and African countries are based on identity concepts: political international identity composed of a collective identity called Afro-Brazilian identity that before the object of study, is defended the hypothesis that president Luís Inácio Lula da Silva used the formation of our Brazilian political international identity to better insert the country in the international system, thus, letting that collective identity, the Afro-Brazilian identity would come to contribute to the narrowing of diplomatic relations between Brazil-Africa resulting in a policy of South- South cooperation. Therefore, through a qualitative methodology was made a bibliographic lifting about the identities which composes Brazil and then passed to the development of these identities as constructors of a political diplomatic means between Brazil- Africa during the referred period. And lastly, were used reports of Itamaraty website about South- South cooperation to logical deduction of the study.

Key-Words: International political identity- collective identity, Afro-Brazilian identity- Brazil- Africa- Lula's Government.

Lista de Siglas

ALCA----- ÁREA de Livre Comércio das Américas.

AEBRAN-----Associação de Empresários e Executivo Brasileiros

ABC----- Agência Brasileira de Cooperação

BNDES----- Banco Nacional de Desenvolvimento

CPLP----- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

CREAPE----- Centro Regional de Excelência em Administração Pública

EMBRAPA----- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

NEPAD----- Nova parceria para o desenvolvimento da África

OMC----- Organização Mundial do Comércio

PEC- G----- Programa de Estudantes-Convênio de Graduação.

PEC- PG ----- Programa de Estudantes da Pós Graduação.

PROÁFRICA----- Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia

SENAC----- Serviço Nacional de aprendizagem Comercial

TRE----- Tribunal Regional Eleitoral

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I: Identidade Política Internacional do Brasil.....	13
1.1 Autonomia do governo Lula da Silva.....	18
1.2 “Autonomia da Diversificação” nas relações Brasil – África.....	21
CAPÍTULO II: Identidade Afro – Brasileira.....	28
2.1 Relações de Identidade Brasil – África.....	32
CAPÍTULO III: Cooperação Bilateral e Multilateral Brasil-África no Governo Lula (2003-2010).....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
BIBLIOGRAFIA.....	52
REFERÊNCIAS VIRTUAIS.....	54
ANEXOS: Tabela de 1.1 a 1.8 - Cronologia das Relações Bilaterais do Brasil com os Países Africanos no Período do Governo Lula 2003- 2010.....	56

Introdução

O tema da identidade política internacional de um Estado vem ganhando espaço no campo das Relações Internacionais, uma vez que alguns governos percebem e se utilizam da dimensão estratégica positiva que a construção de tal identidade pode ter em processos de inserção dos países no sistema internacional. Nesse sentido, tem efeito, ainda nas agendas internacionais dos países e na atuação da política externa de cada Estado, pois é através da identidade política internacional que cada país vai definir e expor seus interesses, além, de se diferenciar ou estreitar laços com os demais atores do sistema internacional.

Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo geral de tratar da importância estratégica da identidade internacional brasileira no estreitamento das relações entre Brasil-África no governo Lula 2003-2010. Para isso, procurar-se-á nos objetivos específicos: definir aspectos os quais compõem a identidade política internacional brasileira que tecem um panorama de tal identidade que influenciam na percepção internacional sobre o país; apontar fatores que explicam a contribuição da nossa identidade para a inserção internacional brasileira do governo Lula em suas relações com o continente africano identificando o modo como a identidade internacional brasileira foi inserida no sistema internacional no período em questão.

O principal referencial teórico para a presente análise reside na idéia de identidade coletiva presente em Wendt (1994) entendida a partir do pressuposto de que se um Estado define suas identidades, define também os seus interesses, pois são justamente estas identidades que vão formar os interesses dos Estados. Segundo Wendt, para que haja definição do interesse nacional é preciso haver a definição das identidades que estão em sua origem.

Nesse sentido, o conceito de identidade política internacional está lado a lado com o conceito de identidade coletiva, pois, para Lafer (2007), a identidade política internacional é antes de tudo “o conjunto de circunstâncias e predicados que diferenciam a sua visão e os seus interesses, como ator no sistema mundial...” (p.24). Logo a identidade coletiva tem uma relação de sobreposição à identidade política internacional de um Estado, o que vem a aproximar ou a distanciar um Estado do outro, levando em consideração os interesses mútuos e as diferenças existentes. A relação entre os dois conceitos justifica-se, desse modo, no ato de que para um Estado definir a sua identidade política internacional é preciso antes definir a sua identidade coletiva.

Para melhor compreensão dos conceitos temos a seguinte hipótese a ser confirmada: este trabalho considera que o presidente Luís Inácio Lula da Silva utilizou a formação de nossa identidade política internacional Brasileira para melhor inserir o País no sistema internacional, assim deixando que a identidade coletiva viesse a colaborar para o estreitamento do relacionamento político-diplomático entre Brasil e África, garantindo desta maneira uma eficiente afirmação de nossa identidade Afro-Brasileira e ainda colaborando para uma cooperação entre o Brasil e os países africanos, fortalecendo, assim, a cooperação Sul-Sul. Portanto a problemática reside em compreender que identidade política internacional brasileira estava em jogo no governo Lula e de que modo ela foi utilizada para fins de um estreitamento das relações entre Brasil e países da África em seu governo.

Além de uma discussão de base teórica e bibliográfica, este trabalho utilizou fontes documentais e virtuais. No primeiro caso, selecionou-se literatura sobre identidade política internacional brasileira, tendo como referente Celso Lafer (2000; 2007), e identidade afro-brasileira presente em parte do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda e Reginaldo Prandi, nas obras *Raízes do Brasil* e *De africano à afro-brasileiro: Etnia, Identidade, Religião*, respectivamente. No segundo caso, consultou-se documentos oficiais do sítio virtual do Itamaraty que trazem o balanço geral da cooperação do Brasil relacionado à África.

O trabalho que segue está organizado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro, são apresentados os aspectos que compõem a Identidade Política Internacional brasileira, uma análise da forma como o Brasil se inseriu no sistema internacional no período em questão: 2003-2010. Ainda é abordado um pouco do histórico das relações entre Brasil-África. No segundo capítulo busca-se entender a construção do conceito de identidade afro-brasileira articulando-a com o de identidade coletiva de Wendt e com o de Identidade Política Internacional brasileira como definido por Lafer principalmente – conceitos esses baseados em aspectos culturais de interesses mútuos entre Brasil e Estados africanos. Serão abordados ainda as ações coletivas proporcionadas por uma identidade coletiva entre Brasil e África. O terceiro, focará os atos de cooperação que legitimam o estreitamento das relações Brasil-África no governo do presidente Lula da Silva.

Capítulo 1. Identidade Política Internacional do Brasil

Conforme Wendt (1994) a identidade coletiva de um país é fundamental para sua inclusão na agenda internacional, uma vez que formular essa identidade interna e externa é que um Estado poderá melhor acionar suas estratégias de política internacional. Isso porque como lembrado por Lafer, “hoje é muito significativa a diluição entre o interno e o externo.” (2000). A prática diplomática exige, portanto, cotidianamente artifícios para melhores negociações, assim a identidade de um país contribui para um processo negociador e até decisório de política externa dos países. A maneira como um Estado se projeta no cenário internacional vai identificar seus interesses para a atuação no sistema e construir, assim, sua identidade internacional.

Tem-se, então, para Lafer (2007, p.16), que:

...a nação nasce de um postulado e de uma invenção, ela só vive pela adesão coletiva a esta invenção, ou seja, por obra da interiorização, por uma cidadania, daquilo que é considerado o repertório comum. Se este repertório é ou não uma realidade, se ele é efetivamente comum, se dele deriva um lastro de solidariedade que sustenta uma convivência coletiva apropriada, é matéria de recorrente discussão histórica, sociológica e filosófica no Brasil e nos países do mundo. Com efeito, estas têm como item permanente na agenda, o defender os interesses de um país no plano internacional. Identificar esses interesses e a especificidade, diferenciando-os daqueles dos demais atores que operam na vida internacional é, assim, um problema prático e um exercício diário da representação da identidade coletiva de um país. Traduzir necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre seu destino, que é no meu entender a tarefa da política externa, considerada como política pública.

Para o autor as especificidades da identidade coletiva vão depender da localização geográfica no mundo, da experiência histórica, do código da língua e da cultura, os níveis de desenvolvimento e os dados de estratificação social (LAFER, 2007, p.19-21). Aspectos como dados geográficos, o relacionamento com outros países, o tema da estratificação mundial e o desafio do desenvolvimento são importantes fatores que servem para explicar os traços de identidade internacional do Brasil, “o conjunto de circunstâncias e predicados que diferenciam a sua visão e os seus interesses, como ator no sistema mundial, dos que

caracterizam os demais países”(2007, p.24). O autor ressalta ainda que a identidade internacional do Brasil nunca esteve, em sua história, na linha de frente de tensões internacionais prevaletentes no campo estratégico- militar da guerra e da paz.

Isto significa dizer que a identidade política internacional brasileira não se caracteriza pelo termo denominado *Monster Country*¹, mas sim por *Soft-Power*². Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, autor citado como referência por Lafer, quer dizer que “não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais” (Holanda, 2008, p.177).

De acordo com Lafer (2007, p. 39-40), o Brasil é um país de composição multi-étnica, em que a lusa herança foi enriquecida com componentes europeus e não europeus na história do Brasil. Índios, africanos, italianos, espanhóis, alemães, árabes, eslavos. Seríamos neste sentido, propensos à integração cultural e razoavelmente abertos ao sincretismo da diversidade. Segundo tal pressuposto, a formação da sociedade brasileira é relevante para a construção da identidade internacional do Brasil. Temos então que considerar alguns aspectos da identidade nacional brasileira, pois, exercem influência sobre a identidade internacional do país. E que aspectos seriam estes?

Nossa identidade é composta por uma cultura de democracia racial, de diversidade étnica, somos como dito por Sergio Buarque de Holanda (1995), um país de mestiços, de diversidade de cultura e conseqüentemente estes aspectos refletem sobre a nossa imagem e identidade internacional. Como diz Lafer (2007, p. 40), “estes dados da realidade brasileira e a sua elaboração reflexiva têm projeção externa e são componentes da identidade internacional do Brasil”. E, ainda, que se trata de um “país ocidental no campo dos valores”, por uma questão, histórica, o que, portanto, aproximaria dos países do “Terceiro Mundo”, “com os quais tinha posições afins no quadro das ações específicas voltadas para o desenvolvimento, que respondiam ao interesse nacional.” (Lafer, 2007, p.41).

Explicar aspectos de identidade internacional de um país não é algo fácil, mas segundo Celso Lafer, pode ser analisado através do nacionalismo³. O fato de nosso

¹ Como explicado por Lafer (2000), o Brasil, por situar-se na América do Sul, não está, e nunca esteve, em sua história, na linha de frente das tensões internacionais prevaletentes no campo estratégico-militar. Por isso não é um *Monster Country*.

² Apesar de não haver tradução literal deste, foi adotado o termo Poder Brando para a representação de *Soft-Power*. “O Poder Brando está se tornado mais importante nas relações entre as sociedades pós-industriais em uma era das informações na qual a paz democrática prevalece”. (NYE, Joseph S. Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais. 2009)

³ O Nacionalismo vê o mundo como um produto da interação de várias comunidades, cada qual possuidora de um caráter e uma história singulares, e cada qual resultando de origens e acontecimentos específicos. (SMITH, Anthony. “O Nacionalismo e os Historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

nacionalismo não ser expansionista, significa para a formação da nossa identidade que somos um país pacífico e que buscamos o desenvolvimento por meios não militares e sim através de políticas cooperativas.

O desenvolvimento, como característica da identidade política internacional brasileira, é observada desde Rio Branco¹ “a Nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com os seus próprios elementos, dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores, e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente que talvez outros possam vir a julgar menos ocupado”. Então para Lafer (2007, p.84) “é o desenvolvimento como meio de reduzir o diferencial do poder” assegurando que a expansão do Brasil não deveria ser a da expansão para fora, mas a de um esforço interno. O autor ainda valoriza a idéia do nacionalismo como integrador do espaço nacional, baseado no desenvolvimento, ressaltando que o processo de tomada de consciência foi importante para a construção de uma nacionalidade que resultaria numa superação das falhas de ação no sistema, incluindo a exclusão social, “daí a idéia força de um nacionalismo integrador do espaço nacional, baseado no desenvolvimento” (LAFER, 2007, p.87).

A autonomia é necessária para o alcance do desenvolvimento. Segundo Fonseca (1998, p. 356 apud LAFER, 2007, p.117), esta autonomia em prol do desenvolvimento só pode ser construída “pela participação ativa na elaboração das normas e pautas de conduta da gestão da ordem mundial”. O grau de autonomia de um país, no caso o Brasil, dependerá assim, da maneira como estes Estados se inserem no cenário internacional. De acordo com Fábio Wanderley Reis (2000, p. 14-20 apud LAFER, 2007, p.116), o problema maior do desenvolvimento político de um Estado acontece quando a fusão entre identidade e economia, concebida pelo nacionalismo de fins não se unem na prática, e por isso, a questão nacional se identifica fortemente com a questão social, tratando-se de um problema de igualdade no Brasil.

A identidade internacional brasileira como dito anteriormente neste trabalho não é de um *Monster Country* assustador como se caracterizam outros países, como os Estados Unidos, por exemplo. O fato de não sermos este monstro, identifica-nos como um investidor de *Soft-Power* desde a década de 1990. A maneira como o Brasil começou a tratar temas de ordem global contribuiu também para a construção de nossa imagem de poder suave no sistema internacional.

¹ Ver as “Obras do Barão de Rio Branco”, vol. IX, Discurso, pp.76.

Temas como meio ambiente, direitos humanos, desarmamentos e não-proliferação nuclear levaram-nos à construção condizente com o “componente Ocidental da nossa identidade internacional” (LAFER, 2007, p.118). O desenvolvimento do espaço nacional e o tema da pobreza também marcaram caracteristicamente a construção de nossa identidade internacional porque estes são componentes importantes para uma posição brasileira nas negociações da agenda internacional. Segundo Lafer (2007, p.17) “a diluição da diferença entre o interno e o externo vem levando ao questionamento de uma das clássicas hipóteses de trabalho da teoria das relações internacionais: a que conferia à política externa uma esfera de autonomia em relação à política interna”. E, ainda, pode-se dizer que este entendimento, buscou transformar fronteiras-separação em fronteiras-cooperação (LAFER, 2000). Se o grau de autonomia de um Estado depende do modo como acontece sua inserção no sistema internacional, então, pode-se perguntar: como de fato o Brasil se inseriu no sistema a partir do governo Lula?

Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Presidente Lula responde: “Vocês se preparem, porque a política externa brasileira tomou novos rumos” (AMORIM, 2011, p.17). A mudança da presidência no Brasil de Fernando Henrique Cardoso para Luis Inácio Lula da Silva foi importante para o que Celso Amorim chama de novos rumos da política externa brasileira. Embora não tenha havido uma quebra drástica de um padrão de política externa de FHC a Lula, ocorreram mudanças significativas, pois suas ações foram bem distintas, buscando também resultados diferentes, o que na realidade já é um grande diferencial. No entanto, conforme a semelhança entre ambos é no sentido de manterem “um objetivo sempre perseguido: desenvolver economicamente o país, preservando, ao mesmo tempo, certa autonomia política” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p.275).

Amorim, em sua palestra² na Universidade Estadual da Paraíba, em 05 de Agosto de 2011, em João Pessoa, falou sobre o papel do Brasil no mundo. Segundo Amorim, a preocupação que o Brasil tem com sua imagem no exterior vem desde o governo Itamar Franco, e antes da política externa do governo Lula, o Brasil tinha “uma atuação acanhada”, segundo palavras dele, com relação à atuação do Brasil no cenário internacional.

Segundo a visão do ministro, o Brasil sempre foi atuante no sistema internacional, um país com atuação importante em fóruns, na Organização Mundial do Comércio (OMC), mas ele ressalta a atuação acanhada do Brasil. Segundo Amorim, o Brasil antes do governo Lula, sempre atuava no cenário internacional um pouco preocupado com o que os outros

² AMORIM, Celso. Palestra “Política Externa no Período Lula e os desafios futuros”, proferida em 05 de agosto de 2011, na Universidade Estadual da Paraíba, em João Pessoa. Disponível arquivo pessoal.

países iriam dizer de nós:

Se não estávamos passando do limite, se o que estávamos fazendo não poderia gerar problemas com algum aliado importante, com alguma super potência no caso, os Estados Unidos e de países Europeus. Isso tudo refletia numa política externa preocupada em saber se não estávamos ultrapassando os limites do poder. O poder nas relações internacionais, não é o acúmulo de estatísticas econômicas ou de outra natureza, porém, o poder decorre muito da percepção que os outros têm do país e da maneira que o país pode influir na região ou fora da sua região. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi percebido que o Brasil tinha que mudar essa percepção, esta visão que o país tinha de si próprio e que os outros acabavam tendo de nós também, em virtude da própria percepção. O mais importante do início do governo Lula, foi deixar claro que nós abraçaríamos nossa própria agenda e prioridades, nós não abraçaríamos uma agenda que viesse de fora. A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), por exemplo, não correspondia a aquilo que nós desejávamos. Na verdade, a ALCA, nunca foi a nossa agenda, na real sempre foi da agenda norteamericana. Nossa agenda sempre foi tratar da integração da América Latina e da América do Sul, pois, são com esses países que temos mais afinidades para buscar uma integração mais igualitária porque é difícil termos uma integração verdadeira entre um país super-desenvolvido e um país em desenvolvimento. O que o governo Lula fez com sabedoria foi se opor a tudo o que os Estados Unidos queriam. E nós fomos capazes de traçar a nossa própria agenda (AMORIM, 2011).

Outro ponto importante que ele ressaltou do governo Lula da Silva refere-se às parcerias com os países africanos e destacando a importância política, cultural, e também obviamente, as relações comerciais. No que segue a palestra, Amorim enfatiza as críticas de alguns setores da sociedade brasileira com relação às relações Brasil-África. Ainda segundo Celso Amorim, ninguém criticava as relações com os Estados Unidos, com a Alemanha, com o Japão, mas criticava com a África.

Conforme Vigevani e Cepaluni (2007, p. 276-277):

A experiência do governo Lula da Silva sugere significativo peso nas idéias, temperadas pelo constrangimento das realidades internacional-políticas, econômicas, e estratégicas. Essa relação se reflete nas percepções das equipes que conduzem à política externa. Acreditamos que uma das principais diferenças entre a administração Lula da Silva e FHC reside nas diferentes interpretações e ideologias destes líderes (e dos funcionários que os acompanham) a respeito dos constrangimentos e das possibilidades da ordem internacional vigente.

Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), as mudanças de política externa do governo de Lula da Silva focaram principalmente na busca de novas formas de inserção internacional do Brasil. Em outros pontos deste trabalho, consideramos a autonomia de um país, um aspecto que compõem a identidade internacional de um Estado, pois, a maneira como esta autonomia é inserida no sistema internacional influencia nas práticas de política externa.

A seguir, faz-se necessário estabelecer uma discussão sobre os tipos de autonomia, identificando e analisando-as, pois foram importantes para a força e inserção internacional do Brasil durante o governo Lula.

1.1 Autonomia do governo Lula da Silva

Os autores Vigevani e Cepaluni (2007) afirmam que as mudanças de rumo da política internacional do Brasil existiram desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994–2002), mas Lula da Silva utiliza a estratégia de inserção internacional denominada: “autonomia pela diversificação”. Esta autonomia enfatiza a cooperação entre os países em vias de desenvolvimento para buscar maior equilíbrio de poder no sistema internacional.

Sendo assim, os autores definem três tipos claros de autonomies. A saber: autonomia pela distância, autonomia pela participação e autonomia pela diversificação:

1)Autonomia pela distância: É definida como uma política de não- aceitação-automática dos regimes internacionais prevaletentes e, sobretudo, a crença no desenvolvimento parcialmente autárquico, voltado para a ênfase no mercado interno; conseqüentemente, uma diplomacia que se contrapõe a certos aspectos da agenda das grandes potências para se preservar a soberania do Estado Nacional; 2) “autonomia pela participação” como adesão aos regimes internacionais, inclusive as de cunho liberal, sem a perda da capacidade de gestão da política externa; nesse caso, o objetivo seria influenciar a própria formulação dos princípios e das regras que regem o sistema internacional; 3) “autonomia pela diversificação” como adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul- Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais(China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriente Médio etc.)pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 283).

Para os autores no governo Lula da Silva pode-se ver a substituição da “autonomia pela participação” pelo da “autonomia pela diversificação”. Antes, porém, de nos debruçarmos sobre estas duas autonomies, é importante deixar claro também que antes de 1989 o Brasil se inseriu no cenário internacional com a “autonomia pela distância.” Só depois de 1989 é que o Brasil passa a ter “uma política externa que, mantendo o desejo de autonomia, substitui o termo distância pela expressão participação” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p.285).

A autonomia, [...] não significa mais distância dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. [...] A autonomia se traduz por participação, por um desejo de influenciar a agenda aberta com valores que exprimem [a] tradição diplomática [brasileira] (FONSECA, 1998, p. 368 *apud* VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 286).

A “autonomia pela diversificação” define a política de inserção do Brasil no governo Lula. Enquanto o governo de Fernando Henrique Cardoso preocupava-se com uma política externa de “autonomia pela participação”, o presidente Lula da Silva procurou inserir o Brasil no sistema internacional através de uma “autonomia pela diversificação.” Para Vigevani & Cepaluni (2007, p.282), “Lula procurou inserir o Brasil no cenário mundial acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras”.

A política externa do governo Lula fez mudanças de ênfases, no sentido de novas idéias de ajustes e de programas dando maior ênfase na postura multilateral do que o governo do então ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Esta postura multilateral da política externa do governo Lula é “condizente com a idéia de ‘autonomia pela diversificação’, como ressaltam os autores, ganhando relevância e parecendo traduzir-se em ‘um sentimento de liderança ao menos regional’. E como descrito pelos autores Vigevani & Cepaluni (2007, p.301), ainda, os governos e grupos sociais de outras nações não reagem apenas levando em consideração os recursos de poder dos Estados, mas também segundo as percepções a respeito do potencial de utilização destes recursos”.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, caracterizada pela “autonomia pela participação”, ocorreu uma preocupação com as dificuldades provocadas pelo unilateralismo norte-americano e foi justamente o que levou o governo a buscar novas parcerias com países como China, Índia, África do Sul, embora na verdade nenhum acordo tenha sido concretizado nesse período.

Cabe dizer que o termo “participação” sugere uma aproximação de diálogos, entretanto, não de efetividade de parcerias. Tudo isto parece confirmar o que foi exposto anteriormente, ressaltado na fala de Celso Amorim, de que o Brasil sempre teve um papel importante no cenário internacional, porém nossa atuação era de um país de comportamento acanhado, pouco ousado na sua atuação diplomática antes do governo Lula. Portanto, para diferenciarmos uma atuação de governo presidencial de outra referente à política externa, é preciso conhecer os pontos fundamentais das diretrizes que ocorreram e contribuíram para a mudança na política externa durante a presidência Lula da Silva:

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: (1º) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2º) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3º) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; (4º) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento. Essas diretrizes, ao longo do primeiro período de governo, de 2003 a 2006, provavelmente desdobrando-se no segundo implicaram ênfases precisas. (1º) aprofundamento da comunidade Sul- americana de Nações (CASA) ; (2º) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul, (3º) ação de destaque na Rodada de Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; (4º) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos, (5º) pela retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (6º) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e (7º) defesa de objetivos sociais que permitiram maior equilíbrio entre Estados e populações (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p.292).

No governo Lula da Silva, o assunto desenvolvimento interno e política externa andavam juntos, ao contrário do que ocorreu no governo do presidente FHC. De acordo com Penna-Filho (2006, p.354), “a questão social no período de Cardoso era muito secundária, desprovida de importância estratégica e emergencial.”. A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso “não cabia um papel tão ativo em assuntos sociais” (2006, p.355). Segundo o autor, Lula da Silva estabeleceu novas diretrizes internacionais em sua política externa envoltas há promoção do desenvolvimento social como componente da agenda internacional do país. Lula a Silva convocou a comunidade internacional para adotar um novo conceito de desenvolvimento, em que a distribuição de renda servisse para estimular o crescimento. Assim, Lafer (2000) ressalta que Lula valorizou a identidade política internacional do Brasil porque segundo o autor, tornou-se inoperante o desenvolvimento no relativo distanciamento de uma inserção na economia gerido pelo o Estado. Ainda para Lafer (2000) “o mundo que o Brasil administrava como uma externalidade internalizou-se.”

Pelo o que foi discutido até aqui, podemos dizer que a identidade internacional do Brasil é integrada com a política externa brasileira, porque o que também compõe a nossa identidade internacional está muito ligado ao desenvolvimento nacional. Nossa política externa é concebida, assim, como política pública.

Segundo Lafer (2000), a identificação do Brasil no cenário internacional como potência média de escala continental e relevantemente regional, estimulou o país a trabalhar por uma articulação que trouxesse como resultados o consenso entre grandes e pequenos, trabalhando assim, a possibilidade de uma harmonia entre Estados. Ainda para o autor (2000), esta construção se deu por foros multilaterais, considerados desde então, a melhor forma de

gerar poder pela ação conjunta, e dando permissão ao país de atuar com a sua competência na defesa dos interesses nacionais. Nesse sentido, Penna-Filho está de acordo com Lafer:

Enfim, em termos de políticas de desenvolvimento social, o governo Lula avançou muito mais que os seus antecessores, tanto interna quanto externamente. No que diz respeito especificamente a atuação internacional, várias foram as intervenções levadas a efeito pela diplomacia brasileira para colocar em evidência não só o que havia sido implementado no plano interno, mas também para tentar conquistar parceiros nas políticas sociais, a fim de desenvolver projetos em parceria ou ajudar a aumentar a pressão sobre os países mais ricos para que estes reorientassem questões de fundo importantes, que afetam diretamente o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (PENNA-FILHO, 2006, p. 358).

A idéia de Penna-Filho (2006, p.354-356) em dizer que o Brasil no governo Lula avançou muito no plano interno e externo, referido ao plano da atuação do Brasil no sistema internacional, está em coerência com o processo de inserção internacional do Brasil supracitado. Para Vigevani e Cepaluni (2007, p.303-304) esse tipo de autonomia:

Diversificação não significa apenas a busca de alternativas nas relações com outros Estados, mas também implica capacidade de intervenção em questões que não dizem respeito a interesses imediatos. Significa intervir em questões que se referem aos bens públicos, internacionalmente reconhecidos.

1.2 “Autonomia da Diversificação” nas relações Brasil – África

Em seguida será vista a questão da “autonomia pela diversificação” e a relação Brasil – África. Pode-se dizer que a identidade internacional brasileira foi uma estratégia de inserção do Brasil para conseguir maior aproximação com países até então politicamente distanciados?

Em nosso entendimento, sim. A inserção do Brasil no cenário internacional foi caracterizada através da “autonomia pela diversificação” a partir do governo Lula, como já visto, o então presidente ressaltou a nossa identidade de potência regional de *Soft-Power*, no cenário internacional enfatizada, por adesões do Brasil em regimes e tratados internacionais com diversos parceiros (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p.283).

As relações do Brasil com os países africanos no governo Lula da Silva se intensificaram e isto decorreu da estratégia brasileira de inserção de nossa identidade no

sistema internacional. Com a “autonomia pela diversificação” o Brasil abriu portas para o relacionamento com diversos países africanos. A construção de nossa identidade internacional construída na idéia de um país mestiço muito colaborou para o estreitamento das relações entre Brasil e África. Faz-se necessário para o entendimento dessa idéia um rápido histórico das relações Brasil-África para posteriormente examinarmos este estreitamento do relacionamento no governo de Luís Inácio Lula da Silva com os países africanos.

Para Penna-Filho (2008, p.93), na segunda metade do século XX, o Brasil começa a se consolidar como potência regional. Durante o período do processo de descolonização, a percepção que o Brasil tinha da África era ineficiente para resultar em algum tipo de parceria política ou comercial. Na visão política, tanto do Brasil como da África não existia uma percepção positiva um do outro, apesar de serem visíveis os pontos convergentes tais como a absolvição de grandíssimo contingente humano pelo Brasil devido à escravidão negra e suas visíveis conseqüências na sociedade e cultura brasileiras, assim como a língua falada, religião e colonizador entre Brasil e África que levassem então, a uma boa relação de entendimento.

O ponto em comum que poderia ter diminuído distâncias entre Brasil e os países africanos nessa mesma época, são os aspectos culturais que ligavam o Brasil a estes países do outro lado do Atlântico. Contudo estes “aspectos” culturais não influenciaram o governo no sentido de atingir sua política exterior. Com relação aos aspectos culturais entre Brasil e África, Penna-Filho ainda destaca que:

Apesar do Brasil possuir, já naquela época, um contundente discurso contrário à discriminação racial e de se arvorar como exemplo de convivência racial para o mundo, fazendo sempre questão de expor esta característica, tanto interna quanto externamente, o que fica mais visível e palpável na análise do sistema político, social, econômico brasileiro, e consequentemente com reflexos na política exterior, é a prática da exaltação ao chamado mundo ocidental (ou civilização ocidental), facilmente identificada com os valores emanados da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. É neste mundo que as elites brasileiras procuravam buscar os traços de identidade predominantes. Entretanto, a título de projeção do país no plano internacional, evocavam-se frequentemente características apresentadas como exemplares de convívio entre raças que supostamente existiam no Brasil, um discurso que só frutificou mais intensamente após a ascensão de Jânio Quadros (2008, p.93-94).

Nos anos 1950, houve o despertar do processo de descolonização, e o Brasil assistiu a esse processo, segundo Penna-Filho (2008, p.96), como um “espectador passivo continuando com sua política de distanciamento e discreto apoio às potências coloniais”. Em 1957 surge dentro do Itamaraty um memorando que inicia uma discussão sobre a política externa para a África e para a Ásia, mas que segundo o autor, demoraram em ter “uma idéia

concreta de como se posicionar perante o movimento de autonomia que crescia vigorosamente no continente africano e se consolidava no asiático”.

Durante toda a década de 1950, o Brasil manteve-se perto de Portugal, tanto que em 1957, o Brasil recebeu a visita do presidente português General Francisco Higinio Craveiro Lopes (1951-1958) e nesse encontro ambos os países “reafirmaram vínculos que ligavam os dois países”. Na época, o então presidente Juscelino Kubitschek afirmou que “brasileiros e portugueses tinham uma só alma universal” e que havia “coincidência de sentimentos diante do mundo” (PENNA-FILHO, 2008, p.98-106).

O discurso brasileiro nesse período baseava-se na percepção de que os interesses do Brasil convergiam com os de Portugal, já que significava algo como uma extensão do Brasil na Europa. Assim, segundo Penna-Filho (2008, p.107), os governantes brasileiros agiam de forma a apoiar Portugal com toda determinação nos assuntos internacionais, “mesmo sendo obvio para muitos diplomatas brasileiros o caráter duvidoso da opção política que o governo havia feito por Portugal”.

O apoio brasileiro a Portugal no que diz respeito ao colonialismo foi fruto, como dito anteriormente, de uma identidade baseada em valores ocidentais trazidos dos Estados Unidos e da Europa. Esta simpatia brasileira por Portugal, país colonizador, não agradava a nenhum país da África, muito menos ajudava o Brasil a ter uma relação estreita com países do continente africano. A modo como o Brasil se inseriu no sistema internacional nesta época não beneficiou a relação com os Estados africanos.

Para Penna-Filho (2008, p.113), a partir de 1960, ganha peso no Brasil a divulgação de idéias favoráveis à descolonização, o que veio de certa forma abalar as relações com Portugal. Outro fator importante para este abalo foi a propalada política externa independente lançada pelo presidente Jânio Quadros (janeiro de 1961 a agosto de 1961). Este período da presidência de Quadros na história do Brasil foi importante para a criação de uma política africana que emergiu na política externa brasileira. Mas mesmo assim, esta política “não surtiu efeitos radicais” (PENNA-FILHO, 2008, p.113), pois o maior entrave para a implementação da política africana do Brasil nesta época continuou sendo Portugal.

Em 1964, com o golpe militar, não houve uma mudança total da política africana, porém, foi o suficiente para que Portugal sentisse um grande alívio, de acordo com Penna-Filho (2008, p. 115). Para Lechini (2008), a década de 1960 foi importante porque o Itamaraty foi lentamente construindo uma política africana com altos e baixos que marcou o início de um estreitamento, embora, ainda tímido nesta época. E para Penna-Filho (2008, p. 117),

O Brasil só conseguiu sair do seu estado de ambiguidade com relação à África após o colapso do colonialismo português, esgotando definitivamente com a Revolução dos Cravos e o fim do regime salazarista em 1974. Não seria exagerado afirmar que o sentimentalismo com relação a Portugal perdurou até o penúltimo minuto, uma vez que a diplomacia brasileira havia, de fato, decidido mudar sua atitude perante as colônias portuguesas.

Segundo Lechini (2008), os anos 1970 foram os anos dourados da política africana do Brasil: “a medida que delineava seu perfil nacional em torno da definição de seus interesses, o Brasil avançava na sua inserção regional e global, desenvolvendo e afirmando sua política exterior”. Para Penna-Filho (2008, p.118) foi a partir de 1975 que o Brasil iniciou relações mais desvoltas com os Estados africanos. Países que se destacaram na política africana do Brasil neste período foram: Nigéria, Argélia, Gabão, Senegal e “os recém independentes Estados de língua portuguesa, que foram priorizados politicamente, com destaque para Angola, sobretudo pela riqueza em recursos minerais e potencialidades futuras para o Brasil”. Desta forma cabe dizer que a Guiné-Bissau foi o primeiro Estado de expressão portuguesa a ser reconhecido pelo Brasil. Segundo Penna-Filho (2008, p118), “o Itamaraty agiu rápido e procedeu ao reconhecimento antes mesmo que a ex-metrópole o fizesse, um gesto que foi imediatamente compreendido pela diplomacia lusitana como representativo a mudança de orientação do Brasil com relação ao problema colonial”.

Para Lechini (2008), à medida que a política africana avançava, “utilizou-se o discurso culturalista, centrado na familiaridade e na história comum a ambos os lados do Atlântico, como forma de seduzir os africanos” (SARAIVA, 2002 *apud* LECHINI, 2008) Percebia-se aos poucos a importância de uma identidade política internacional brasileira que contemplasse os países africanos, já que a relevância étnica, lingüística entre outros compunha desde sempre a base social brasileira, a herança africana, que segundo Lechini (2008), molda o corpus da sociedade brasileira.

A política africana foi tomando forma com os diferentes governos que se sucederam no Brasil – dois democráticos, cinco militares, um governo de transição democrática – até a década de 90, na qual, por uma série de fatores condicionantes externos e internos, deu-se continuidade a esta estratégia de maneira muito seletiva, em função de um novo modelo de inserção internacional. Como contrapartida, ou talvez reação, a política africana foi retomada com a chegada de Lula ao governo (Lechini, 2008).

Segundo o autor, a política africana do Brasil começou desde o período de governo do presidente Jânio Quadros, como já visto, programou uma política externa chamada de independente. Esta política foi o resultado de uma tentativa de desapego aos grandes centros

de poder, como Estados Unidos e Europa. Ainda para Lechini (2008), a política externa independente foi uma estratégia global para a África.

Como afirma o autor, em 1964, com o golpe militar no Brasil, a política africana perdeu suas forças porque de 1964 a 1967 foi empreendida uma política de alinhamento automático com os Estados Unidos, embora o ex-presidente Médici (1969-1974) tenha dado uma nova dimensão à política africana que consistiu em tornar a aproximação com a África em “diplomacia de interesse nacional” (LECHINI, 2008). O governo Geisel (1974-1979), assim como o de Médici “sustentaram uma política exterior destinada à redução do grau de dependência do Brasil através da diversificação das relações exteriores”, afirmando o processo inserção definitiva do Brasil na África Austral” (MOURÃO & OLIVEIRA, 2000 *apud* LECHINI, 2008).

Em 1975, o Brasil decidiu que conquistaria as ex-colônias portuguesas, neste caso, “Angola e Moçambique foram essenciais, e como a resistência em Moçambique para uma aproximação com o Brasil fora grande, Angola se tornou o centro das atenções” (PENNA-FILHO, 2008, p. 123). Neste período, segundo Lechini (2008), as relações Brasil-África ocorriam por meio de aberturas de novas embaixadas, assinaturas de novos acordos bilaterais de cooperação comercial e técnica. No entanto, como o autor ressalta (2008) “embora a aproximação em relação à África fosse uma estratégia política, a dimensão comercial não esteve ausente”. Assim, para Lechini (2008), no governo Médici, os destinos das vendas eram para o norte da África e a África do Sul, porém, no governo Geisel, os principais destinos das exportações eram o Gabão, Congo e Angola, que começaram a ter uma participação maior do que a África do Sul nesse governo. E durante o governo Figueiredo (1979-1985), o comércio exterior com a África mostrou um crescimento significativo. Foi também o primeiro presidente brasileiro a visitar a África em 1983. Esta visita incluiu países lusófonos, fracófonos, e anglófonos. Além do mais,

Foi à melhor prova do interesse do Brasil pelos os países da África e marcou um momento muito importante na construção da política africana. Como contrapartida, o Brasil recebeu diversas visitas de chanceleres e chefes de Estado africanos, que demonstraram que o interesse era recíproco (Lechini, 2008).

Para Oliveira, Mourão e Cardoso (2006, p.214), diante de uma abertura democrática brasileira a partir de 1988 esperava-se o aprofundamento das relações do Brasil com a África, o que de fato não ocorreu devido à predominância dos temas regionais e internos. Porém, com a eleição do presidente Lula o quadro é novamente revertido. E cabe assinalar que no caso de Angola se registrou uma relação de natureza permanente. Na década de 1990, como afirma

Lechini (2008) “os sonhos cooperativos deram lugar ao afro pessimismo. A política africana perdeu força e se acentuou seu caráter seletivo”.

Um dos motivos para esse acontecimento, segundo o autor, foi a instabilidade econômica dos países da região africana, embora o fato também possa ser explicado pelo liberalismo iniciado pelo governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) aqui no Brasil. A razão desta diminuição de foco da política africana, até então criada, pode ter resposta ainda no programa liberal implementado por Collor de Melo, que procurou amarrar-se por laços fortes com o chamado primeiro mundo e também com os países da América latina.

Com Itamar Franco (1990-1992), houve uma volta tímida da política brasileira para a África porque se priorizou os países de língua portuguesa. Fernando Henrique Cardoso antes de ser presidente foi Chanceler e declarou “que o Brasil se enganara ao apostar na África durante o governo Geisel” (LECHINI, 2008). Com esta afirmação, desejamos destacar que o governo FHC, a partir de 1994, substituiu “a visão desenvolvimentista pela neoliberal que considerava a aproximação com o terceiro mundo obsoleta e anacrônica” (LECHINI, 2008). Depois de alguns anos de governo FHC, tentou-se uma aproximação insipiente com a África. De acordo com Mourão, Cardoso e Oliveira (2006, p.215) ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, as relações com os Estados Unidos e a Europa atingem níveis extraordinários e, também o crescimento da política externa vira-se para as relações com a Ásia, e com a América Latina, com as atenções do empresariado convergindo para os vizinhos continentais. Assim, a posição relativa à África perde atratividade.

O governo de FHC, segundo Saraiva (2004, p. 298), marcou um período de silêncio e afastamento da África pela política exterior brasileira. Para o autor: “O governo Cardoso assistiu, de binóculo, a marginalização na qual o continente africano submeteu-se” (Saraiva, 2004, p.298). Bem diferente do governo Lula, que valorizou as relações com a África, utilizando a estratégia de identidade internacional do Brasil com o continente africano, e inserindo o país no cenário internacional, de modo que o deixasse visível e atraente para países que se identificassem com nossa forma de fazer política para o mundo.

Para Saraiva (2002, p.15), o governo do presidente Lula valorizou aspectos da nossa identidade nacional, inserindo-a no sistema internacional por uma política externa que valorizasse características domésticas, como nossa diversidade cultural e lingüística, levando-a para o cenário internacional. Ainda segundo Saraiva (2002, p.15), a retomada do relacionamento do Brasil com os países africanos, ajudaria o Brasil a valer-se da estruturação da ordem internacional vigente naquele período (2003- 2010): “a reaproximação com a África

é por diferentes analistas, percebida como decorrente da estratégia brasileira de buscar compatibilizar o plano das negociações Norte-Sul com as perspectivas de cooperação Sul-Sul.” (LESSA, 2004 *apud* MOURÃO *et al* 2006, p.224). Conforme também afirma Saraiva, “é uma política externa de associação anti-hegemônica, articulada ao Sul, sem passionalidades ou ideologismos, mas com interesses e valores comuns que necessitam ser tratados no plano prático, em especial na eficácia das negociações em curso.” (SARAIVA, 2004, p.305 *apud* MOURÃO *et al* 2006, p. 224).

Antes de analisarmos a aplicabilidade da política externa africana do governo Lula, avançamos agora em outro raciocínio o qual será de fundamental importância para chegarmos ao melhor entendimento de nosso trabalho. Houve um forte estreitamento das relações com a África no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Isto se deu, através da identidade do Brasil com a África, pois então, aplicaremos em nosso trabalho uma reflexão da nossa identidade afro-brasileira com a finalidade de melhor entendermos nossa postura perante a África. Como supracitado, ressaltamos mais uma vez a idéia de que as relações brasileiras com os países africanos no governo Lula, muito foi fruto “de um modelo de inserção internacional de bases mais nacional e voltado para o desenvolvimento interno sustentável, gerador de empregos e produtivistas, mais que financistas” (SARAIVA, 2002, p.15).

Capítulo 2. Identidade Afro – Brasileira

Entre os primeiros contatos que o Brasil manteve com a África estão aqueles decorrentes do tráfico negreiro, quando Portugal trazia africanos para trabalhar como escravos no país. Segundo Alencastro (2007, p.105) os escravos que eram trazidos para o Brasil no século XVI, vieram para Pernambuco e para a Bahia mais especificamente africanos de São Tomé. No século XVII, o tráfico negreiro concentrou-se em Angola.

O Brasil é um novo Guiné. Esta afirmação explicita o processo de repovoamento colonial. Um novo contingente estrangeiro, os africanos, substituem progressivamente os índios nos enclaves coloniais para construir a nova sociedade que se formava no ultramar. De fato, embora submetidos á migração forçada e á escravidão, os africanos são co-participantes, ao lado dos portugueses, da colonização do Brasil (ALENCASTRO, 2007, p.106).

Ainda segundo Alencastro (2007, p.107), décadas depois, todo o Brasil já recebia escravos africanos, do estado do Pará ao Rio Grande do Sul, os comércios da escravatura traziam os negros da Guiné Bissau e da Angola. Cabe ainda dizer que,

até a metade do século XVIII, grande parte da população negra importada destinava-se aos engenhos de açúcar de Pernambuco e da Bahia, mas com a descoberta do ouro em Minas, no século XVIII, há um deslocamento do tráfico para as Minas Gerais, correspondendo ao chamado do Ciclo do Ouro (PRANDI, 2000, p. 55).

Para Prandi (2000, p.55), a produção na agricultura era a que mais precisava de mão de obra escrava nos campos de fumo, cacau, cana-de-açúcar, algodão e a mineração em Minas Gerais. Já nas regiões do Rio Grande do Sul também foram para a agricultura e na mineração para Goiás e Mato Grosso. Os negros escravizados também trabalhavam em serviços caseiros nas casas de senhores de engenhos, cuidando da limpeza, da arrumação da casa e da cozinha.

Em todos os lugares foram os responsáveis também pelos serviços domésticos, organizados no complexo da casa-grande e senzala. À medida que cresciam as cidades, sobretudo as litorâneas, já na virada para o século XIX, desenvolveu-se um mercado de serviços urbanos desempenhado pelos africanos escravos e baseado numa forma de espoliação, em que os escravos ofereciam suas habilidades profissionais (PRANDI, 2000, p.55).

Segundo Heywood (2009), a força de trabalho durante todo o século XVIII foi composta em sua quase totalidade de africanos escravizados, mas se comparado com os milhares de escravizados que trabalharam no estado de Minas Gerais e nas plantações de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro, a capitania de Goiás – como então era chamada na época – possuía menos de 40 mil negros escravos mesmo sendo aquele o momento mais forte da escravidão (em 1792). Conforme afirma o autor,

durante o auge da mineração de 1735 a 1750, no entanto, os portugueses tinham conseguido contar somente de 10 mil a aproximadamente 17 mil escravizados por ano. Em 1779, os portugueses registraram cerca de 35 mil negros, a maioria dos quais eram escravizados. A maior parte das vilas mineradoras era totalmente fundada no trabalho do escravo negro (HEYWOOD, 2009, p.129-130)

A importância do escravismo aqui neste trabalho se justifica porque este compõe o aspecto histórico do nosso país e que conseqüentemente auxiliou na construção de nossa identidade afro-brasileira, pois mesmo sendo uma relação escravocrata, não deixou de ter seu efeito na estrutura identitária que Brasil e África possuem hoje. Neste sentido concordamos com o pressuposto de Holanda, já apresentado, de que o Brasil é fruto de uma mistura racial.

Ainda cabe destacar que o fato da família real chegar ao Brasil, mais especificamente, ao Rio de Janeiro, e o andamento do processo político que levou o país à independência foram importantes para que com isso o tráfico negreiro assumisse outro patamar. Vale ressaltar as palavras de Prandi,

que entre os africanos nascidos no Brasil há mais tempo, entretanto, já poucos falavam sua língua e mantinham costumes originais. Quanto mais distantes no tempo estamos, mais intensos terá sido o processo de absorção do africano à cultura brasileira (2007, p.56).

É interessante dizer também, que “as circunstâncias históricas que marcaram a deportação dos africanos e sua escravização, pesam no processo de integração dos afro-brasileiros à identidade nacional brasileira. Na verdade, os negros brasileiros estarão sempre reduzidos a se referir à identidade portentosa no seu conteúdo, mas angustiante na sua generalidade-, de sua origem africana” (ALENCASTRO, 2007, p.108).

Além disso, com o fim da escravidão, o Brasil já poderia ser chamado de um país composto de negros e brancos, “não se sabe bem de onde vindos [os escravos], que são apenas brasileiros, como os mulatos, que representam bem essa mistura” (PRANDI, 2000, p.58). Prandi utiliza-se destas palavras para explicar que à medida em que o tempo foi passando os negros foram se distanciando da África, se dissolvendo na cultura nacional do

Brasil, ou seja, não existiam mais distinções étnicas dos africanos trazidos da África para o Brasil. Passaram a ocorrer processos de homogeneização, criando-se, assim, o início de uma nova etapa: a identidade afro-brasileira. De acordo com Alencastro (2008, p.109),

a língua portuguesa do Brasil contém a presença marcante de várias línguas africanas, geralmente desprezadas ou ignoradas pelos dicionaristas. Diferentes dicionários, glossários, manuais, e catecismos utilizados pela administração colonial e pelos missionários na África lusófona – elaborados e editados entre o século XVI e o século XX- contaram com a contribuição de africanos e afros-brasileiros, de moradores e missionários do Brasil, onde certas línguas africanas e, em particular, o quimbundo, língua da família Banto, muito falada em Angola, eram conhecidas e praticadas. Tal tradição lingüística torna-se essencial para o entendimento da evolução da língua portuguesa do Brasil e para o estudo da história da África, atualmente em desenvolvimento nas universidades brasileiras.

Ainda com respeito à identidade afro-brasileira, o seguinte aspecto desta identidade está registrado na religião afro-brasileira. Para Prandi (2000, p.59), esta reconstituição cultural é a mais bem acabada do negro no Brasil, capaz de preservar-se até os dias de hoje, na assim, chamada religião afro-brasileira.

É interessante notar que simultaneamente as observações de Alencastro e Prandi se relacionam com a construção da identidade brasileira com relação à África. Estas afirmações identitárias como a presença da linguagem africana e das religiões afros no Brasil, foram fundamentais na estratégia política de aproximação entre Brasil e África no período do governo Lula.

Para o autor, cada uma dessas religiões³ tem sua nação africana que as identificam e tornam-se responsáveis pela maior parte de seus elementos, embora haja grande troca de fatores culturais entre elas, resultado dos contatos entre as nações no Brasil (PRANDI, 2000, p.60).

Surge no Brasil, então, uma espécie de reconstituição “não apenas da religião africana, mas de muitos outros aspectos culturais da África original” (PRANDI, 2000, p.61). Na realidade, isto tem efeito positivo na justificativa de nossa identidade afro-brasileira, que vem a compor tanto nossa identidade percebida em nível nacional e também nossa identidade coletiva, a qual foi inserida no sistema internacional.

Em 2003, no estado do Ceará, ocorreu no Brasil o Fórum Brasil – África, que tratou de assuntos referentes entre política, cooperação e comércio. E a questão cultural lingüística foi um dos pontos mais importantes do relatório do grupo III, do painel I (COELHO &

² Religião negra, que na Bahia se chama Candomblé, em Pernambuco e Alagoas Xangô, no Maranhão, Tabor-de-Mina, e no Rio Grande do Sul, Batuque foi organizada em grupos de nações, ou nações de candomblé (PRANDI, 2000, p.60).

SARAIVA, 2004, p.48). Foi sugerido que o ensino do idioma Português não deva ocorrer à custa dos idiomas locais de Angola para que não se tenha o risco de acontecer o mesmo, que ocorreu no Brasil, em relação a vários idiomas indígenas, que perderam sua força lingüística (2004, COELHO & SARAIVA, p.83).

Voltando ao ponto cultural da religião, tão importante na construção da identidade afro-brasileira, Prandi (2000, p.63) vai explicar que:

Ultrapassada a primeira metade do século XX, a possibilidade de se escolher o candomblé como religião deixa de ser prerrogativa do negro, abrindo-se a religião afro-brasileira para todos os brasileiros de todas as origens étnicas e raciais. A sociedade branca, que já no início do século criara uma versão mais branqueada do candomblé, a umbanda, capturou então, num outro movimento de inclusão, aquela que durante um século tinha sido a religião dos negros. Já estávamos na sociedade de massa e o candomblé seria o grande reservatório da cultura brasileira mais próxima da África. É no final dos anos 60 e começo dos anos 70 que se inicia junto às classes médias a recuperação das nossas raízes culturais, reflexo de um movimento cultural muito mais amplo, que, nos Estados Unidos, e na Europa, e daí para o Brasil, questionava as verdades da civilização ocidental.

Ao mesmo tempo, em que ocorrem as movimentações em prol de nossa afirmação afro-cultural, começa também em meados dos anos 60 e 70 a política africana do Brasil. A identidade brasileira com relação à África começa, então a tomar legitimidade discursiva, simultaneamente, com a recuperação de nossas raízes culturais.

Segundo Prandi (2000, p. 63-64)

se aspectos de origem africana compunham (compõem) a cultura brasileira nas mais diversas áreas, com o movimento dos anos 60 e 70 ocorreu todo um redimensionamento da herança negra, com a qual aquilo que antes era tratado como exótico, diferente, primitivo passou a ser incorporado como habitual, próximo, contemporâneo. A própria música popular incorpora ao velho e sucessivamente branqueado Samba novas batidas, mais próximas da percussão dos terceiros de Candomblé... A cultura de uma minoria agora já é consumo de todos.

Ainda, convém destacar nas palavras de Prandi (2000, p.64), que a cultura negra no Brasil começou a se fortalecer com o movimento negro, nas suas diferentes formas de manifestações, despertando, assim para a nossa condição de afro-descendentes a questão da origem e da identidade. Assim, entende-se que nossa condição de afro-descendentes é importante motivação para o estreitar dos laços políticos e econômicos entre Brasil e África. Acreditando nisso, houve em 2003, o Fórum Brasil-África que tratou do assunto de cooperação.

Para Coelho e Saraiva (2004, p. 84-85) os afro-brasileiros são atores impulsionadores para o relacionamento bilateral. Para os autores, dentro do debate do fórum

fora ressaltado que o papel do afro-descendente é protagonista neste relacionamento, por isso não deve resumir-se ao seu caráter cultural, mas deve estender-se ao setor político e econômico. Uma identidade classificada como “aguda” que segundo os autores tem origem em três pontos fundamentais: escravos africanos trazidos ao Brasil e retornados à África; religião católica; e a adoção simbólica da língua portuguesa. A identificação destas comunidades com o Brasil é ainda hoje perceptível, sobretudo por meio de manifestações culturais e de auto-afirmação destes grupos (SARAIVA & COELHO, 2004, p.84- 85).

Ainda de acordo com os autores (2004, p.58), no relatório geral do fórum Brasil-África, Grupo III, ficou claro que o intercâmbio de experiências culturais existentes entre Brasil e países africanos tem papel fundamental para uma maior aproximação. Segundo a orientação do relatório geral, este estreitamento deve ficar longe de qualquer reprodução de modelo colonialista.

2.1 Relações de Identidade Brasil – África

Segundo Nogueira & Messari (2005, p.168), Wendt apresenta uma conceitualização de identidade que abraça uma instrumentalização teórica baseada em aspectos internos dos Estados. Os quais vêm a explicar a construção das identidades dos Estados. É o que os autores chamam de “instrumentos analíticos endógenos”. Para eles Wendt, apresenta seu conceito de identidade flexível o bastante para permitir que “as identidades se transformem e se adaptem aos processos e às necessidades da política internacional. Para Wendt (1994), as identidades precedem os interesses e se formam em processos relacionais entre a identidade e a diferença” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p.168). Na visão dos autores Wendt afirma:

que a definição das identidades precede a definição dos interesses e que antes de definir o interesse nacional, faz-se necessário definir a identidade que vai informar a formação deste interesse. A partir do momento em que as identidades não são previamente determinadas, os interesses também não podem ser predeterminados (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p.179).

Assim, o entendimento de identidade coletiva por Wendt (1994) será utilizada para explicar as relações de identidade existentes entre Brasil e África no governo Lula (2003-2010).

Considerando as afirmações supracitadas, referentes ao construtivismo de Wendt, podemos indagar: Se para Wendt, as identidades antecedem significativamente os interesses e se são estas, as identidades, que vão formar os interesses dos Estados, então quais são as identidades e os interesses que compartilham Brasil e África?

O presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, no Fórum Brasil-África, já citado, realizado, destacou a conjuntura histórica a qual compartilham Brasil e países africanos, e ressaltou que o povo brasileiro e o povo destas nações africanas estão muito ligados por valores e pelo processo cultural existentes entre estes (SARAIVA & COELHO, 2004, p.20). O presidente Cabo Verdiano, em seu discurso, ressaltou ainda que o relançamento das relações afro-brasileiras deva considerar as razões históricas. Assim, se no passado, segundo ele, este relacionamento era muito ligado em prol do benefício do outro, hoje, dever-se-ia olhar para o crescimento de ambos os povos que muito têm para compartilhar e aprender juntos. Pires ainda afirma que: “a relação de um relacionamento frutuoso e mutuamente vantajoso implica, antes de tudo, no conhecimento do outro” (SARAIVA & COELHO, 2004, p.21).

A ministra das Relações Exteriores da África do Sul, ainda no Fórum, também ressaltou o compartilhamento de uma história comum entre Brasil-África. Um passado de escravidão e exploração. Segundo palavras da ministra: “O fim dessa era deu origem ao Brasil, que abriga a segunda maior população africana do mundo, a maior fora da África” (SARAIVA & COELHO, 2004, p.29). E, ainda, que estamos ligados a uma história, e temos uma herança cultural comum, compartilhando ainda uma diversidade de etnias, e o lado Sul-Sul do globo (SARAIVA & COELHO, 2004, p.29).

No relatório Geral do fórum Brasil - África, no grupo III, foi discutida a importância da troca de experiências, em conteúdo histórico e cultural. Ainda no relatório geral destaca-se que todos os temas abordados pelos grupos que participaram do fórum, demonstrou que aproximando brasileiros e africanos e construindo uma agenda eficaz para uma relação sólida, isto vem a se traduzir em instrumentos eficazes para um estreitamento de relações afro – brasileiras, demonstrando assim, que não só devemos ser interligados pela identidade racial, histórica e cultura e que também somos ligados uns aos outros porque temos interesses em comuns. Interesses estes que segundo a teoria de Wendt (1994), só podem ser definidos depois de definidas as identidades que compõem estes interesses. Estas identidades foram essenciais para definirmos nossos interesses, criando desde então uma agenda para esta relação sobre novos pilares.

A identidade criada entre Brasil-África levou ao despertar de interesses mútuos entre ambos, e em áreas como a social e a econômica (SARAIVA & COELHO, 2004, p.58-59). O maior interesse que uniria Brasil-África seria a perspectiva de desenvolvimento tanto econômico quanto social. Existem interesses comuns que os aproximam: conhecimentos científicos, tecnológicos, e diversos recursos que eles mesmos podem usar para a contribuição recíproca entre tais (SARAIVA & COELHO, 2004, p.23).

O presidente Cabo Verdiano afirmou, no referido Fórum, durante sua exposição, que países do continente africano e o Brasil aspiram viver numa sociedade internacional mais política, social e economicamente em equilíbrio. Ressaltou o compromisso com a diminuição da pobreza, da fome, da educação de má qualidade e de algumas doenças, ressaltando que as resoluções destas questões são importantes para nossas sociedades (SARAIVA & COELHO, 2004, p.23). Por sua vez em seu discurso no Fórum Brasil-África, o então Ministro das Relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, discursou sobre a política africana do Brasil, ressaltando que as relações com a África são prioridade do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (p.27).

Na ocasião, o Brasil foi recebido por diversos países africanos e recebeu-os muito no Brasil, quando seus representantes estiveram aqui. Amorim, segundo Coelho e Saraiva (2004, p. 27-28), ressalta que tal acolhida dos africanos aos representantes brasileiros na África só fortalece nosso conceito de identidade entre brasileiros e africanos. Ainda segundo Amorim, em seu discurso no Fórum, o Ministério das Relações Exteriores iniciou no governo Lula da Silva ações que objetivaram trabalhar com a interação entre os interesses em comum e a identificação político-histórico-cultural.

Cabe destacar que o Fórum nos dias 09 e 10 de junho de 2003 foi um exemplo de ação coletiva entre Brasil e países Africanos. (SARAIVA & COELHO, 2004, p.27). Cabe também destacar que a perspectiva construtivista nas Relações Internacionais, representada por Wendt (1994) pressupõe a idéia de que o mundo é socialmente construído e, por isso produto de idéias e valores dos agentes que o constroem. E, ainda com base na idéia de Wendt (1994) de que a estrutura anárquica é resultado do que os Estados fazem dela. Então arguimos: O que fez o Brasil durante o governo Lula referente à África e as relações afro-brasileiras para influenciar o sistema internacional?

De acordo com Lechini (2008), a política africana do Brasil no governo Lula mostrou-se desde o início uma forte coerência entre a política externa e a interna. O que segundo o autor, correspondia às perspectivas dos afro-brasileiros descendentes. Para Lechini, um exemplo desta preocupação e dedicação da política africana do governo Lula em manter

uma coerente política externa que trabalhasse o externo e o interno foi que em 10 de janeiro de 2003 foi aprovada uma lei federal que tornou obrigatório, o estudo da cultura e da história africana no Brasil (Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003).

Devemos acrescentar ainda nas palavras de Saraiva, que:

o Brasil contemporâneo é herdeiro de uma rica tradição, que gerou frutos importantes para a inserção internacional do país... dessa tradição deriva nossa vocação universalista em política exterior. Estar na África é, portanto estar prestando contas internas, naquele aspecto que faz os brasileiros ímpares e originais no seio da comunidade internacional. A política africana do Brasil deve ter estatuto próprio, identidade que a torna singular, no emaranhado de interesses múltiplos do Estado e da sociedade brasileiros, no ensaio de suas possibilidades externas (SARAIVA, 2002, p.13).

Lechini (2008) afirma que o governo Lula revalorizou o projeto de cooperação Sul-Sul como forma de melhor negociar as parcerias com a África, e que a maior prova disto foram às viagens de Amorim para os países africanos. Em apenas quatro meses após a posse do presidente Lula em 2003, o então ministro Celso Amorim foi a sete países da África. Ainda é preciso ressaltar que para Lechini (2008), assim como para Coelho e Saraiva (2004), o Fórum Brasil-África em 2003, onde foram abordadas questões como políticas, questões sociais, economia, comércio, educação e cultura, só reafirmam a cooperação bilateral e multilateral com os Estados da África.

Segundo Celso Amorim (AMORIM, Folha de São Paulo, 23/05/2003. Reportagem: O Brasil e o “renascimento africano”), Lula da Silva declarou em seus discursos que “o estreitamento, das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral, e histórica. Com 76 milhões¹ de afro descendentes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o governo está empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação externa. Também temos que mencionar que não é só o Brasil que tem interesse na África, mas há um interesse recíproco, pois a África, nas palavras do próprio Celso Amorim: “acompanha com grande interesse e expectativa o que se passa no Brasil. Mais do que isso parece haver uma verdadeira sede de Brasil no outro lado do Atlântico”.

Segundo Saraiva (2002, p.15), com respeito ao relançamento da política africana do Brasil, esta seria o resultado de dois fatores: um político e outro econômico. O sentido político

¹ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/default.shtm. Acessado em 16/09/2012.

serve para reforçar a idéia de um projeto cooperativo entre Sul e Sul, a união para negociações de temas globais como a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas também é outro interesse em comum entre Brasil-África a ser alcançado Saraiva.

Todavia, cabe ressaltar a importância econômica no relançar da política africana, pois, economicamente, esta serviu para construir o novo modelo de inserção internacional do Brasil no governo Lula da Silva. Ainda para Saraiva (2002, p.15), o Brasil antes desse novo desenho da política externa africana passava por uma crise de identidade: “uma política africana serviria de elemento constitutivo no esforço do redesenho da inserção internacional do Brasil, em nítida crise de identidade no momento atual”.

No próximo capítulo convém destacarmos a revalorização da nossa política africana e indagarmos sobre os frutos extraídos da estratégia da identidade entre Brasil-África no período ao qual diz respeito ao governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A cooperação bilateral e multilateral entre Brasil e África passam, assim, a ser resultados de uma política de inserção internacional do Brasil por meio da “Autonomia pela Diversificação”.

3. Cooperação Bilateral e Multilateral Brasil-África no Governo Lula (2003- 2010)

Segundo Lechini (2008) o presidente Lula da Silva no início de seu governo fez oito viagens à África. Os países mais visitados foram: São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul. Em 2004 o presidente Lula participou da V conferência dos chefes de Estado que ocorreu em São Tomé e Príncipe.

Em 2006, o presidente brasileiro fez sua quarta viagem para a África durante seu governo. Segundo Lechini, o presidente Lula passou por Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul. Depois participou no mesmo ano de encontros multilaterais na África sobre assuntos referentes à CPLP, que ocorreu na Guiné Bissau. Houve ainda, no mesmo ano, a reunião de cúpula África - América do Sul na capital da Nigéria, a chamada Abuja, que teve o objetivo de impulsionar a cooperação Sul-Sul. E em 2007, o presidente Lula, visitou o Congo, Angola e África do Sul novamente. O principal objetivo desta visita ao continente africano foi à concretização da II reunião do IBAS.

Saraiva, em um artigo de 2002, publicado antes do início do governo Lula da Silva, já colocava a África como um parceiro estratégico para a política externa brasileira. Para o autor, as parcerias com a África têm um significado muito positivo para ambos, embora dependa da forma como África e Brasil ajam juntos, levando em consideração o sentido interno e externo de cada um. Para Saraiva (2002, p.16), há um desejo africano em fazer parcerias com o Brasil – o autor cita a criação da União Africana e da New Partnership for Africa's Development (NEPAD¹), como fortes indícios destes desejos dos países africanos em si aproximarem do Brasil.

Para Lechini (2008), não só o fato de Lula da Silva ter viajado para a África reaproximaram as relações afro-brasileiras, mas também o presidente Lula recebeu desde 2003, vários de chefes de Estados africanos no Brasil. Representantes da Gâmbia, Argélia, Congo, África do Sul, Nigéria, e Cabo Verde. Isto significa esforço e interesses recíprocos. Ainda segundo Lechini, outro ponto a ser ressaltado são os convênios entre Brasil e os países africanos. Para Saraiva, (2002, p. 16), “a redução pela metade da taxa de pobreza absoluta até 2015 é meta na qual o Brasil pode compartilhar sua experiência e suas dificuldades com a África”. Saraiva. O Brasil também poderia trocar idéias com a África no sentido de evoluírem

¹ Em tradução livre para o português o termo significa Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.

para a eliminação da desnutrição e da pobreza nos países africanos, mas para isto, ainda segundo Saraiva, (2011, p. 184), “ A África necessitará de uma elite mais comprometida com a autonomia decisória e uma vantajosa integração do continente aos processos econômicos globais, no equilíbrio entre moral e poder e entre os interesses e as normas da convivência internacional do início do século XXI.”

Ainda para Saraiva, a África nos últimos tempos tem passado a receber mais recursos internacionais para investimentos do que ajuda internacional. Mas, para o autor, se os governantes da África não tiverem responsabilidade e não saberem como investir estes recursos, a situação de crescimento do continente poderá se inverter. Para Saraiva,

a renovada política para a África se fez mais pública e legitimada por consenso social e político no seio da sociedade brasileira, por intermédio de instituições como o parlamento, as universidades, os grupos afro-brasileiros (ainda que não apenas eles), as empresas e os atores mais interessados da opinião pública.

Segundo Mourão *et al.* (2006, p. 226–227), a visita do presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva à República dos Camarões foi importantíssima porque marcou profundamente o início de um relacionamento profundo entre os dois países. Foram assinados vários acordos nas áreas de educação, saúde, consolidou temas de agenda internacional e multilateral que interessava aos países africanos.

No país de Gana o presidente Lula, enfatizou a cooperação bilateral e focou na agricultura, principalmente na produção de mandioca. Na cooperação cultural, ainda segundo Mourão *et al.*, o presidente Lula fez uma liberação de verba para o governo de Gana restaurar a Brasil House, uma residência construída ainda no século XIX, formada por brasileiros e ganenses quando retornavam a África. Mourão *et al.* (2006, p. 227)

Na Nigéria, a visita de Lula, rendeu “um Protocolo de Intenções na Área de Agricultura e a regularização da transferência de tecnologia brasileira para a produção de medicamentos anti – retrovirais na Nigéria”. Mourão, *et al.* (2006, p. 227–228). Na Guiné Bissau, foi firmado apoio ao processo democrático do país e o Brasil também doou 500 mil dólares ao Fundo Especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e ainda cooperou com a Guiné Bissau, para a eleição presidencial em 19 de junho de 2005.

Acima foi citada a importância das parcerias do Brasil com a União Africana e de acordo com o relatório de política externa brasileira exposta no site do Itamaraty durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), as parcerias e o contato do Brasil com a União africana, são visto pelo Brasil como um “mecanismo de cooperação.” Na verdade, é uma complementação às ações estratégicas de estreitamento das relações Brasil-

África, legitimando as iniciativas de fortalecer os laços do Brasil com os países africanos, tendo em vista o papel essencial que a União Africana exerce no continente. Segundo Saraiva, o Brasil saiu da sua fase silenciosa com relação à África e passou a substituir este silêncio por “um ciclo virtuoso de cooperação e de desenho de projetos altruístas para a outra margem do Atlântico Sul.” (SARAIVA, 2011, p. 186).

O relatório do Itamaraty expõe ainda que a atuação da União Africana auxilie o Brasil a articular-se para agir de um modo coerente com os interesses dos Estados africanos, atuando de uma maneira mais confiante no cenário internacional e abordando temas de interesses dos africanos, como, por exemplo paz, segurança regional, e direitos humanos. Além do que, a União africana tem contribuído para a concretização da cooperação técnica entre Brasil-África em várias áreas, como na agricultura, na educação, saúde. Para Saraiva,

a nova política africana do Brasil no início do século XXI não é a reedição do passado. Vem demonstrando mais coragem para romper o assistencialismo internacional, disfarçado pelas várias formas existentes de cooperação técnica á moda antiga, para que se fazer presente na reconstituição da infra-estrutura logística e produtiva da África. Também comporta uma dimensão cidadã e de conhecimento (2011, p. 194).

Para Mucavele (2004, p.147) o programa da União Africana integrada ao NEPAD, desenvolve o papel fundamental no sentido de estimular a cooperação entre Brasil e países africanos objetivando o desenvolvimento sustentável dos Estados africanos. O autor ainda ressalta que o principal desafio africano é o crescimento social e econômico, de modo que a pobreza seja menos visível no continente.

Para Mucavele (2004, p.148), o povo africano aprendeu que assuntos como segurança, democracia, paz, e desenvolvimento sustentável são importantes para o crescimento do país. A agricultura para autor, constitui uma base para a melhoria de vida do povo africano. Principalmente quando se fala em segurança alimentar. O desenvolvimento na agricultura é que vai minimizar, ou até mesmo eliminar, a insegurança alimentar ainda existentes nos países da África. Segundo o relatório geral de política externa do governo Lula, o Brasil cooperou com a África na agricultura. Neste caso foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que teve fundamental importância na capacitação de países africanos, mas também trocando experiências no setor de tecnologias com a África. A empresa brasileira abriu escritórios com sede em Acra e Gana, em 2007, inaugurados pelo próprio presidente Lula da Silva.

Em 2006 foi desenvolvido um projeto importante para a agricultura chamado de “Apoio ao Desenvolvimento do setor Algodoeiro.” Tal projeto foi executado pela EMBRAPA e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Há projetos² de cooperação na área de agricultura em diversos países africanos como Angola, Argélia, Senegal, Cabo Verde, Camarões, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia e Tunísia, mas este projeto do algodão criado pela EMBRAPA e pela ABC, estiveram presentes especialmente em Benim, em Burkina Faso, Chade e Mali porque estes países foram os mais prejudicados pelos baixos preços do algodão e principalmente pelos subsídios dos países desenvolvidos.

Segundo Mucavele (2004, p.161) o desenvolvimento dos países africanos e a eficácia da cooperação entre Brasil – África também dependem das parcerias no setor de infra-estrutura. Nas palavras do próprio autor fica clara a ênfase do desenvolvimento nas questões infra-estruturais: “As infra-estruturas são cruciais para o desenvolvimento da África.” No contexto do NEPAD, infra-estruturas incluem todos os sistemas sociais, de transporte, energia, de mercado, institucionais, informação, comunicação, tecnologia e vias marítimas. Se a África tivesse a mesma infra-estrutura básica que países desenvolvidos, estaria numa posição mais favorável para aumentar a produção e incrementar a produtividade, condição necessária para uma competitividade internacional.

De acordo com o relatório de política externa do Itamaraty de 2010, durante o governo do presidente Lula, pode-se dizer que instalam-se empresas brasileiras no continente africano que executam obras de infra-estrutura de rodovias e urbanização. O documento ainda cita as obras executadas: a empresa Andrade Gutierrez, na Argélia, teve bastante destaque – neste país foram quatro obras nos setores de transportes e energia. No Estado do Camarões, houve a construção da estrada Dschang-Melon, e em Gana, a principal obra foi o corredor Rodoviário Oriental. Na Guiné foi refeita a estrada Kissidougou-Guéckédou-Séredou, no Estado da Líbia foi construído o metrô de Trípoli. Outras empresas muito presentes na África são a Queiroz Galvão, que se destacou em obras em Angola e na Líbia, e a Odebrecht. Esta última divide a obra do corredor rodoviário em Gana com a empresa Andrade Gutierrez, entre várias outras empresas. São obras existentes com a parceria com o governo brasileiro. Conforme estas informações, apresentadas no sítio virtual do Itamaraty, podemos verificar, de tal modo, que a África se desenvolveu com a presença de empresas brasileiras no continente e ao mesmo tempo, criou-se no governo Lula da Silva oportunidades

² Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/listagem_view_ordem_pasta?b_start:int=30&C=. Acessado em 09/10/2012.

para as empresas brasileiras no exterior, neste caso, a África. Só para Angola foram liberados segundo o Itamaraty, US\$ 3,5 bilhões para obras de infra-estrutura para a reconstrução de Angola.

No painel II, do fórum Brasil-África que aconteceu em 2003, como já fora mencionado anteriormente no trabalho, o Brasil e a África discutiram o tema da cooperação Acadêmica. No relatório referente a este painel II, Brasil e os países da África fizeram propostas de como melhor cooperarem uns com os outros desenvolvendo estratégias para a cooperação acadêmica. Foi ressaltada no documento, uma renovação estrutural de organizações estatais a fim de se adequarem para o estreito relacionamento entre Brasil - África. Ainda de acordo com as ressalvas do relatório do Fórum Brasil-África, em 2003, é possível dizer que a expectativa abordada no relatório é de um intercâmbio recíproco entre os dois. (SARAIVA & COELHO, 2004, p.88) Para Saraiva, “nos planos bilateral e inter-regional, a associação do Brasil á África em projetos cooperativos Sul-Sul, envolvendo investimentos diretos e empresas brasileiras operando nos países africanos, em bases mais modernas, indo além reiterar o terceiro mundismo de antes, comove brasileiros e africanos” (2011, p. 195).

A cooperação na área da educação tem dado frutos muito positivos. Segundo o relatório de política externa do Itamaraty de 2011, a intensificação do intercâmbio estudantil foi outro ponto relevante nas relações Brasil-África do governo Lula. O Brasil criou na África uma universidade atenta à demanda dos africanos lusófonos. Professores africanos vieram ministrar aulas de história africana no Brasil. Não só universidades públicas brasileiras, mas as privadas também acolheram estudantes africanos através do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Outro programa referente ao mesmo assunto foi criado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil chamado Programa de Incentivo a Formação Científica. Este intercâmbio atende aos países de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Ainda no mesmo âmbito outro Programa brasileiro para a África também citado pelo site do Itamaraty é o Programa de Leitorado em Língua e Literatura Brasileira em Camarões, Zâmbia, e Mali. Ainda segundo o relatório geral do Itamaraty, o PEC-PG (da Pós-Graduação), desde 2003, foi o responsável por selecionar 4326 alunos em diversificados países da África. Entre eles, África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé, e Príncipe, Senegal e Togo. Os países africanos mais destacados nestas seleções foram os estudantes de Cabo Verde e Moçambique.

Olukoshi (2004, p.278), alerta que entre Brasil-África também é preciso desenvolver intercâmbios entre bibliotecas e oportunidades para o comércio de obras científicas. Ainda no Fórum Brasil-África foi discutida a importância do papel da tecnologia para a cooperação no Atlântico Sul e concluíram que a acessibilidade à tecnologia da informação é um forte caminho para cooperar (SARAIVA & COELHO, 2004, p.88-89).

Sobre este assunto de cooperação na área de tecnologia, o Itamaraty afirma em seus relatórios que a partir da criação do PROÁFRICA¹, em 2004, foram financiadas várias pesquisas de intelectuais africanos. E segundo o site do Itamaraty, só tem aumentado anualmente o número de projetos aprovados e financiados, e isto só fortalece a pesquisa conjunta entre pesquisadores brasileiros e africanos. No setor de tecnologia, a África do Sul se destaca, pois foi assinado um acordo de cooperação científica e tecnológica no ano de 2003.

O Brasil cooperou com a África em diversos outros setores, entre eles o energético. De acordo com o relatório geral do site do Itamaraty, a cooperação entre Brasil e países africanos com relação à Energia, é de extrema importância porque são formas de impulsionar os Estados para o desenvolvimento não só econômico, mas também social. O Brasil vem valorizando o potencial da África no setor energético por causa principalmente do biocombustível. Segundo o relatório, o etanol e o biodiesel podem gerar emprego e renda para as populações. Além disso, o Brasil aposta nos países africanos com relação ao biocombustível porque também aposta num mercado internacional para os mesmos.

Ocorreu durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva um acréscimo do comércio bilateral entre Brasil e países africanos, abertura de mercado para as empresas brasileiras e ainda assinaturas de alguns documentos legais que garantem este estreitamento oficial do relacionamento entre Brasil-África, possibilitando ações coletivas, como o Seminário sobre políticas públicas e biocombustíveis no ano de 2010, no Oeste Africano. Observamos o relatório geral de política externa do Governo Lula da Silva que as empresas brasileiras como, por exemplo, HRT-Petroleum esteve atuante na Namíbia, em 2008. A empresa de base S/A chamada Dedini vendeu sua primeira usina de etanol para o Sudão ainda no ano de 2008. Ainda segundo o relatório geral do Itamaraty, em Moçambique a Vale do Rio Doce completou 75% das obras para produzir carvão. Esses dados demonstram a dedicação do governo Lula à cooperação na área energética.

Saindo da cooperação energética para a questão da cooperação em prol de melhorias para a formação profissional, o relatório oficial do site do Itamaraty sobre política externa

¹ Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia

brasileira ressalta a cooperação sobre várias áreas entre Brasil e África. Com respeito à formação profissional, o governo do então presidente Lula muito se preocupou com a formação profissional dos cidadãos africanos. Lula investiu em vários tipos de profissionalização em diversas áreas técnicas ligadas à infra-estrutura e tecnologia.

No setor do esporte, a profissionalização ocorreu por meio da capacitação técnica dos que trabalham na área esportiva, entre eles, através do o projeto para treinadores quenianos em 2009. Quem apoiou esta iniciativa foi a Agência Brasileira de Cooperação, e do Sindicato dos Treinadores de Futebol.

A cooperação profissional também deu suporte selecionado às eleições de alguns países da África. O Juiz do TRE de Minas Gerais foi até ao Congo ministrar cursos sobre questões eleitorais. A medida mais destacada sobre cooperação neste setor profissional foi à criação de um Centro de Formação Profissional apoiado pelo Serviço Nacional de aprendizagem Comercial (SENAC).

No foco universalista da política externa brasileira, o governo Lula intensificou as cooperações entre Brasil e África no sentido de melhorar a saúde da população africana. O Brasil, segundo o relatório geral do Itamaraty, combateu as doenças tropicais nos estados da África. As doenças como: Anemia, Malária e HIV como dito anteriormente foram fatores que possibilitaram o aumento da cooperação entre Brasil e países africanos. Segundo Cilliers (2004, p.96), um dos principais fatores de risco que um Estado africano pode correr é com relação ao aumento de doenças infecciosas tal como a malária e principalmente o monstro da AIDS. E, segundo o relatório do Itamaraty sobre a política externa do Brasil no governo do presidente Lula, muito se procurou combater essa doença que tanto aflige o continente africano.

Tendo como concretização da cooperação, assinaturas de documentos oficiais em países como Moçambique, Namíbia, Argélia, São Tomé e Príncipe, Botsuana, Camarões, Benin, Gana, Senegal, Guiné Bissau e Cabo Verde, o Brasil criou para a África um Programa de prevenção e controle e até eliminação da Malária objetivando fortalecer um sistema de vigilância sanitária nos países africanos. O programa ainda foi responsável por formação de técnicos na área de saúde para que os africanos fossem capazes de diagnosticar os problemas de saúde de sua população. O relatório do Itamaraty ainda cita as missões técnicas do Brasil enviadas a estes países africanos. A Zâmbia foi o principal receptor desta missão brasileira em 2005 e 2007.

Ao mesmo tempo em que a cooperação na área da saúde levava brasileiros para auxiliar a saúde nos países africanos, também possibilitava a vinda dos profissionais africanos

para aprender dentro do próprio Brasil. Foi significativa a vinda de técnicos Zambianos ao Brasil a fim de conhecer os Programas de prevenção a doenças como AIDS, no ano de 2004. E entre 2008 e 2009, de acordo com o relatório geral do site do Itamaraty, seis profissionais vieram de Madagascar para que pudessem ser treinada para o acompanhamento da saúde maternidade em seu país. A capacitação do sistema da saúde fez parte das prioridades da cooperação técnica na África, resultando em Escolas técnicas da área de saúde e criando ainda o Instituto Nacional de Saúde Pública. Na Argélia, o mais marcante projeto de cooperação foi sobre procedimentos cardíacos na pediatria e também atendimento correto para as queimaduras no ano de 2008.

A cooperação do Brasil relacionada à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ocorre no nível da diplomacia. A CPLP foi criada em 1996 motivada pelo o histórico cultural comum. Segundo Mourão *et al.* (2006, p.238), a Comunidade desenvolve ações positivas no campo da cooperação. Nas palavras do próprio Mourão, segue a definição do papel adquirido da CPLP para a cooperação: “A CPLP é fundamentalmente uma instituição fundamentada na língua comum, destinada a desenvolver ações no campo da amizade mútua, da concertação político-diplomática e na cooperação”.

Segundo o relatório de política externa do Itamaraty¹: “A CPLP, constitui, ainda para a política externa brasileira a mais importante plataforma para o fortalecimento da língua portuguesa no mundo.” E apesar de ter sido criada em 1996 só tomou forma de instituição no ano de 2005 porque foi quando deixou de ser um simples Instituto Internacional de Língua Portuguesa e passou a integrar a nova forma de instituição chamada de CPLP.

A diferença foi que com a CPLP, ficou clara a projeção não só para dentro dos Estados que a compõe, mas também para fora de cada um deles. Além do que a CPLP, como dito anteriormente e ressaltado mais uma vez, é vista como um elemento diplomaticamente significativo para estreitar as relações entre Brasil e países africanos de Língua Portuguesa.

Isso porque representa uma ferramenta indispensável para o crescimento da cooperação entre Brasil-África principalmente por ter trilhado e alcançado certos objetivos como o reforço à participação social e o fortalecimento da língua portuguesa, valorizando-a internacionalmente.

As reuniões da CPLP são foros que desenvolvem atividades de interesses mutuamente compatíveis. Os resultados da cooperação entre Brasil e países que compõe a CPLP, foram significativos. De acordo com o documento geral do Itamaraty de política externa, entre 2003 e 2011, o qual expõe os resultados nesta área, pode-se concluir que um dos resultados desta cooperação foi a formação de recursos humanísticos para que o Estado

do Timor Leste concretizasse os projetos de desenvolvimento concluídos em 2004. No ano de 2010 já estavam em formação 563 especialistas, tanto na área da gestão da saúde pública quanto na área de esporte como formação de técnicos de futebol. Diversos outros projetos foram concretizados com o apoio financeiro de instituições brasileiras em áreas como as telecomunicações, cooperação eleitoral, segurança alimentar, gestão administrativa entre outros. Temos que mencionar que foi devido a CPLP que a cooperação entre Brasil-África intensificou-se, ocorrendo uma valorização do contexto Sul-Sul. Isto aconteceu porque a CPLP não é só uma instituição que visa à difusão da língua Portuguesa, mas como dito anteriormente, é um mecanismo diplomático para os devidos fins cooperativos.

Ressaltando pontos importantes do relatório geral de política externa brasileira, consideramos a criação do Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAPE) em Moçambique, ainda também o Plano Nacional Estratégico da CPLP de cooperação em Saúde, a adoção da CPLP para os oceanos em 2010, e a adoção da CPLP para a igualdade de gênero no mesmo ano de 2010.

De maneira semelhante aos outros setores de cooperação entre Brasil-África, no governo Lula da Silva, podemos observar a descrição de resultados também significativos na área de transportes, expressos no relatório de política externa do governo Lula para a África durante os anos de 2003- 2010. Os quais traduziram de maneira recíproca boa parte das ações coletivas e de interesses mútuos. Os resultados de acordo com o relatório foram que o comércio bilateral entre os países aumentou vãos diretos entre Brasil e países africanos aumentando principalmente para Johannesburgo, Luanda e Praia. Realizações de reuniões para conversas sobre aeronáutica e a criação do Porto Autônomo de Cotonou no Estado do Benim.

No setor de comércio e investimentos, a atuação do Brasil foi ainda mais intensificada. Segundo Lechini (2008), esta intensificação é ainda maior com a África do sul, pois lhe foi dada prioridade. O autor ressalta que este aprofundamento de relações foi de certa forma uma continuação da política externa de FHC, ou seja, como visto anteriormente, houve uma intensificação das relações comerciais entre Brasil-África porque houve mudanças estruturais na política externa do Brasil.

Como dito anteriormente por Vigevani & Cepaluni (2007), o presidente Lula implantou uma política externa de autonomia pela diversificação diferenciada da política de Fernando Henrique Cardoso, denominada política externa de autonomia pela distância. Segundo Lechini (2008) o comércio do Brasil com a África cresceu de forma significativa, dos cinco bilhões de 2002, passou para seis bilhões em 2003. No ano de 2004, passou de 10,4 bilhões para 12,6 bilhões em 2005. De acordo com o relatório geral do Itamaraty sobre

política externa de 2010, muitos acordos foram assinados com a África do Sul e instituições africanas. A África e o Brasil assinaram um acordo para prevenir a dupla tributação no ano de 2003 – acordo de cooperação aduaneira ratificado em 2008.

Segundo Lechini, os produtos, os quais o Brasil comercializa variam de acordo com cada país. Por exemplo, o petróleo, minérios são muito comercializados pela África, e o Brasil exporta principalmente, derivados de açúcar, carnes e bem manufaturados. Para Mourão *et al.* (2006, p.228) a retomada do comércio Sul-Sul, é crescente também no campo alimentar, no campo da higiene, pequenos e médios produtores de sucos em pó, sabão em barra. A CPLP é importante porque os países que as compõe recebem exportações brasileiras.

Ainda segundo Mourão *et al.* (2006, p. 230.), o Brasil tem uma parceria muito forte com Angola. Uma empresa brasileira chamada Camargo Correia tem destinado 10% das suas exportações de cimento para a África, mais especificamente para Angola. E outras, como a empresa CIMPOR, exporta para o Congo, Cabo Verde e Nigéria. Mourão *et al.* (2006, p. 230) ainda ressalta que a reconstrução de Angola contribuiu para a presença de empresas brasileiras no país, motivado pelas políticas de cooperação Sul-Sul na área comercial. Nas palavras dos autores: “Com a reconstrução de Angola, decorrem negociações para a instalação de uma cimenteira nesse país, com a associação de capitais angolanos e brasileiros” (MOURÃO *et al* 2006, p. 230).

O comércio de cooperação entre Brasil e Angola, dizem Mourão *et al.* (2006, p.230), destaca-se certamente pelas importações de petróleos e exportações dos produtos de manufaturas. Eles ainda ressaltam que as empresas brasileiras atuam na África numa espécie de “comunidade brasileira que atua nos mais variados setores.” Os empresários brasileiros atuam em redes de restaurantes, bares, casas de saúde, hotéis, ou seja, em muitas atividades comerciais e juntos formam a AEBRAN (Associação de Empresários e Executivos Brasileiros.)

Segundo o relatório de política externa do Brasil no governo Lula de 2010, o aumento do intercâmbio de comercialização de atividades e mercadorias, foi fruto também dos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) que passou a financiar as exportações em 2007, isto porque grande parte dos países da África não tem uma estrutura bancária preparada para financiamento de importações. Assim, Mourão *et al.* (2006, p.231), para as boas relações entre Cabo Verde e Brasil, uma vez que, ambos valorizam o comércio Sul-Sul, importando US\$ 364 milhões por ano para a navegação comercial.

As importações africanas mais especificamente da África do Sul para o Brasil, muitas delas são: fertilizantes, adubagem, produtos orgânicos, equipamentos de mecânica e

também vinhos e combustíveis. Para Gonçalves (2004, p.191), o intercâmbio com a África do Sul é para o comércio de vários tipos de produtos, principalmente os de origem mineral e produtos referentes à agricultura.

A Nigéria, segundo Mourão *et al.* (2006, p.231-232), é uma grande fornecedora de petróleo. Segundo os autores, quando o presidente Lula visitou a Nigéria, estabeleceu algumas prioridades para a relação comercial-bilateral. Estas prioridades ficaram clarividentes, através da busca de redução do déficit do comércio brasileiro, redução da lista de produtos, os quais não podem ser comercializados na Nigéria, garantia de que haverá pagamento certo de ambos os lados pelos produtos exportados. Nas palavras do próprio Mourão *et al.*: “o governo nigeriano reiterou sua disposição para facilitar o estabelecimento de empreendimentos conjuntos no país, em áreas que vão desde o processamento e distribuição de carnes até a fabricação de implementos agrícolas.” (2006, p.232), ainda segundo os autores, o petróleo e as naftas da Nigéria que foram importados pelo o Brasil atingiram US\$ 2, 838 bilhões em 2005.

De acordo com o relatório de política externa brasileira de 2010, o comércio entre Brasil e África mesmo com a crise financeira mundial de 2008, cresceu muito durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Apenas a China e a Índia têm parcerias mais intensas com os Estados africanos do que o Brasil, isto acontece porque, segundo o relatório do Itamaraty, são Estados que possuem relações antigas do ponto de vista histórico, político, diplomático e econômico com os países da África.

A cooperação entre Brasil e África no período do governo Lula da Silva, como está detalhadamente exposto neste terceiro capítulo, foi possível devido ao modelo de inserção internacional do Brasil. A autonomia pela diversificação tornou-se a principal responsável por esta cooperação que revalorizou a política africana do Brasil, uma autonomia que beneficiou não só as relações Brasil e África, mas também outros países de diversas regiões do mundo, como China, Índia, Rússia. A adoção de uma perspectiva da autonomia pela diversificação revelou-se mais interessante para o Brasil no nível estratégico, uma vez que a produção de uma percepção no sistema internacional de que somos um país mestiço e de diversidades – portanto sem conflitos étnicos – e, na relação com a África, de que temos uma identidade afro-brasileira, resultou na possibilidade de construção de um cenário cooperativo entre Brasil e países africanos.

Para Vigevani & Cepaluni (2007, p. 291), a Autonomia pela Diversificação foi a principal diferença da política externa do governo do presidente Lula da Silva com relação aos governos anteriores. E os principais efeitos destas mudanças contribuíram para a busca de

maior equilíbrio no sistema internacional, fortalecimento do multilateralismo, e os relacionamentos bilaterais, evitando também acordos que possam comprometer o desenvolvimento. Beneficiou, ainda, o relacionamento entre países emergentes, manteve contato com os países ricos e restabeleceu a “retomada e estreitamento das relações com os países africanos.” (2007, p. 292).

Ainda para os autores, a principal característica da autonomia pela diversificação na política externa do presidente Lula é a “postura assertiva em torno da defesa da soberania e dos interesses nacionais, buscando alianças privilegiadas no Sul.” (2007, p. 296) E sendo assim, a política externa do governo Lula, com sua inserção internacional de Autonomia pela diversificação, valorizou a identidade política internacional brasileira à medida que ressaltava a identidade afro-brasileira no modelo de inserção preferido por ele, dando assim, legitimidade a cooperação entre Brasil e países africanos, resultado do estreitamento político-diplomático e de uma ação coletiva assertiva – o que pôde ser apreendido pelos acordos, tratados, visitas e encontros comentados neste capítulo.

Considerações finais

A identidade política internacional brasileira tem exercido um papel de impacto nas relações internacionais do Brasil, especialmente nas relações político-diplomáticas entre Brasil e África no governo Lula da Silva. Tal identidade foi importante para o estreitamento das relações político diplomáticas entre Brasil e África no período de 2003- 2010 porque o então presidente soube utilizá-la como estratégia de inserção internacional brasileira, traduzindo necessidades internas em possibilidades externas, valorizando nossas especificidades e aspectos da nossa identidade - como a composição multiétnica, composta por índios, africanos, italianos, alemães, árabes entre outros. O presidente ressaltou o sincretismo da construção de imagem e percepção de nossa identidade nacional no sistema internacional, sincretismo este composto por uma cultura de democracia racial, de diversidade étnica, enfim, de diversidade cultural.

Nossa identidade política internacional foi então composta por estes fatores nacionais e identificada como país de potência média, país que expande seu poder de *Soft-Power* e não de *Monster Country*. Assim, o fato de não sermos um país de nacionalismo expansionista, transmite para a percepção de nossa identidade o significado de que somos um país pacífico que busca desenvolver-se através de políticas cooperativas, expandindo não a força militar, mas sim, o poder ideológico, influenciando o comportamento e os interesses de outros Estados a cooperarem. Concluímos que a localização geográfica no mundo, as circunstâncias históricas, a língua, a cultura e o desafio do desenvolvimento são importantes fatores que serviram de explicação para a identidade internacional do Brasil na construção de nossa relação com o continente africano ao longo do governo Lula da Silva.

Diante do exposto podemos seguramente afirmar que a autonomia é importante para se alcançar o desenvolvimento e que foi através da *autonomia pela diversificação* que o presidente Lula da Silva inseriu a nossa identidade política internacional brasileira no sistema internacional. Foi diante desta autonomia que o Brasil aderiu as alianças Sul-Sul, alianças regionais e não tradicionais. Então, para isso Lula da Silva considerou que se o Brasil é um país de diversidades, então nossas relações político-diplomáticas também devem ser. Por esta razão, o então presidente Lula procurou inserir o Brasil no cenário internacional com formas autônomas, diversificando as parcerias, e as estratégias adotadas. A inserção do Brasil no sistema internacional através da autonomia pela diversificação e a identificação do Brasil como país de potência regional de poder suave possibilitou o país a trabalhar as relações entre

países tidos como grandes e pequenos e isto fica em evidência através dos foros multilaterais de pretensões de ação conjunta.

No que se refere ao caso do estreitamento das relações entre Brasil e África no governo Lula da Silva, a inserção da identidade internacional brasileira através da autonomia pela diversificação no cenário internacional abriu portas para o relacionamento com muitos países africanos. Pode-se afirmar que o modelo de inserção internacional do governo Lula, muito contribuiu para uma renovação da política externa africana do Brasil, pois ficou claro a partir do viés da opção da autonomia pela diversificação que o presidente havia diversificado suas parcerias e que tinha pretensões em intensificar o processo de relações Sul-Sul na política externa brasileira com mais protagonismo. Podemos assegurar que a África desde o início do governo Lula foi prioridade para o Brasil e isto ocorreu tendo com base no pressuposto de que a nossa identidade relaciona-se sobre a idéia de que somos um país de mestiços com um número muito significativo de afro-descendentes, colaborando para o estreitamento “natural” entre Brasil e países africanos.

Lula da Silva valorizou e destacou em seus discursos internacionais a identidade afro-brasileira, justificando desta forma as relações com os países do continente africano. A identidade afro-brasileira foi fundamental para impulsionar as relações bilaterais entre Brasil e países do continente africano. O papel do afro - descendente é muito ressaltado nos fóruns internacionais entre Brasil e África e não se limitam ao seu aspecto cultural, abrangendo ainda as relações entre ambos, aos sentidos político e econômico. A identificação do Brasil à África é percebida por ambos como tendo origem nos escravos africanos trazidos ao Brasil, nas religiões africanas que foram introduzidas aqui, e na língua portuguesa.

Brasil e África compartilham de uma identificação aguda e de interesses mútuos que são explicados neste trabalho através do conceito de identidade coletiva de Wendt. O povo brasileiro e o povo africano são muito ligados por valores e pelo processo cultural existentes entre eles, que implica no conhecimento do outro. Portanto, compartilhamos uma herança cultural comum, compartilhamos também uma diversidade de etnias valorizando o lado Sul-Sul do globo. Em resposta a esta identificação percebida historicamente entre Brasil e África, ocorreu a consonância política de interesses mútuos entre ambos, também em áreas como a social e a econômica. O maior interesse que une o Brasil a África é a perspectiva de desenvolvimento econômico e social para ambos.

No que se refere à atuação de Brasil e África referente a anarquia do sistema internacional, tanto um como o outro, procuraram fazer da anarquia do sistema internacional – para voltar o enfoque de Wendt, um ambiente de cooperação e não de conflito. Trata-se,

portanto, de um modelo de cooperação denominado Sul-Sul que destacou o relacionamento bilateral com os países da África e ressaltou a valorização da nossa identidade coletiva com o continente baseado na identificação afro-brasileira. E finalmente, percebe-se que as afirmações identitárias como a presença da linguagem africana e das religiões afros e da culinária presente no Brasil, foram fundamentais na estratégia política de aproximação entre Brasil e África no período do governo Lula da Silva.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. As Populações Africanas no Brasil. Volume Único. Rio de Janeiro. Página 103-110. 2008. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional- II CNPEPI: O Brasil no mundo que vem ai. Seminário: África - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. ISBN: 978-85-7631-102-7
- AMORIM, Celso. Conversas com jovens diplomatas, São Paulo, Benvirá, 2011
- _____. O Brasil e o Renascimento Africano. Folha de São Paulo. Acesso em: 28/ 07/2012.
- CILLIERS, Jakkie. 2004. “Parceria para a Paz na África”. In: COELHO, Pedro Motta Pinto; SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.). Fórum Brasil – África Política, Cooperação e Comércio. – Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004.
- FILHO, Pio Penna. O Brasil e a África do Sul: O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000). Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008.
- FONSECA, Gelson JR; A legitimidade e Outras Questões Internacionais. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 356 – 368
- HEYWOOD, M. Linda. Diáspora Negra no Brasil. Org: [Ingrid de Castro Voepan Fregonez, Thaíz Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito]- 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das letras, p. 60-61,1995.
- LAFER, Celso. Brasil: dilemas e desafios da política externa. Estud av. vol. 14 no.38 São Paulo Jan. / Apr. 2000.
- _____. A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, Presente e Futuro. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da Política Africana pelo Itamaraty. Outubro de 2008, ISBN: 0251-3552, [www.nuso.org].
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque, CARDOSO, Fernando Jorge in OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Relações Internacionais do Brasil: Temas e agendas, v1/ Henrique Altemani, Antônio Carlos Lessa (Org). São Paulo: Saraiva, p. 223-227, 2006.
- Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio. COELHO, Pedro Motta Pinto, SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2004.

- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque, CARDOSO, Fernando Jorge in: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Relações Internacionais do Brasil: Temas e agendas*, v1/ Henrique Altemani, Antônio Carlos Lessa (Org)- São Paulo: Saraiva, p. 223-227, 2006.
- MOURÃO, Albuquerque. OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política africana no Brasil*, em José Augusto Guilhaon Albuquerque (org): *Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. O desafio geoestratégico*, Annablume/ NUPRI USP, São Paulo, 2000.
- MUCAVELE, Firmino Gabriel. 2004. “A Nepad e as oportunidades para os investimentos brasileiros”. In: COELHO, Pedro Motta Pinto; SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.). *Fórum Brasil – África Política, Cooperação e Comércio*. – Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004.
- NYE, Joseph S. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. Tradução Henrique Amat Rêgo Monteiro; Revisão Técnica Janina Onuki; Preparação Tereza Gouveia. – São Paulo: Editora Gente, 2009.
- NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. & LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: Temas e agendas: (org.) - São Paulo: Saraiva, 2006. ISBN 85-02-06042-2 (v.1).*
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. & LESSA, Antônio Carlos, (Org.). São Paulo: Saraiva 2006. ISBN: 85-02-06040-6 (v.2).
- PRANDI, Reginaldo. *De africano a afro - brasileiro: etnia, identidade, religião*. Revista USP, São Paulo, n. 46, p. 52-65, junho/agosto 2000.
- REIS, FÁBIO Wanderley. “Atualidade Mundial e Desafios Brasileiros”, *Estudos avançados*, vol. 14n. 39 (mai/agos.) 2000.
- SARAIVA, José Flávio Sombra, *Política Exterior do governo Lula*. Ver. Bras. Polít. Int. 45 (2): 5-25 [2002]
- _____. *Política exterior do Governo Lula; O desafio africano em Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 45, 2002. P.8.
- _____. 2011. “A África e a política externa na era Lula: relançamento da política atlântica brasileira”. In: FREIXO, Adriano de; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago Moreira; ALVES, Vágner Camilo (org). *A Política Externa Brasileira na era Lula: um balanço*. – Rio de Janeiro: Editora Apícuri. 2011.
- SMITH, Anthony. “O Nacionalismo e os Historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.); *Introdução Benedikt Anderson*, Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

WENDT, Alexander. Collective Identity Formation and The International Estate. *American Political Science Review*. Vol. 88. June. 1994.

VIGEVANI, Tullo, CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa do governo Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Rio de Janeiro*, vol.29, n. 2, julho/dezembro 2007.

Palestra do Chanceler Celso Amorim na Universidade Estadual da Paraíba, ao Curso de Relações Internacionais, no dia 05 de agosto, às 17h, no auditório da Estação Ciência, em João Pessoa-Paraíba.

Referências Virtuais

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.1-africa-cplp/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.2-africa-uniao-africana/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.3-africa-comercio-e-investimentos/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.4-africa-saude/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.5-africa-educacao/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.6-africa-formacao-profissional/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.7-africa-agricultura/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.8-africa-pesca-e-aquicultura/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.9-africa-energia/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.10-africa-ciencia-tecnologia-e-inovacao/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.11-africa-cooperacao-esportiva/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.12-africa-transportes/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.13-africa-infraestrutura/view>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais>. Acessado em: 09/10/2012.

<http://dx.doi.org/10.1590/SO103-40142000000100014>. Acessado em: 15/09/2012.

<http://www.relnet.com.br>. Acessado em: 15/09/2012.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/default.shtm. Acessado em 16/09/2012.

Anexo**Tabela de Cronologia das Relações Bilaterais do Brasil com os Países Africanos no Período do Governo Lula 2003 - 2010.****Tabela 1.1**

Países	Anos	Cronologia das Relações Bilaterais.
Cabo Verde	2003	Visita ao Brasil do Presidente Pedro Verona Pires
Cabo Verde	2003	Visita ao Brasil do Primeiro Ministro José Maria Neves.

Cabo Verde	Julho de 2004	Presidente Lula visita Cabo Verde
Cabo Verde	Dezembro de 2004	Visita do Ministro da Cultural, Gilberto Gil a Cabo Verde
Cabo Verde	Janeiro de 2005	Visita a Cabo Verde do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim
Cabo Verde	Agosto de 2005	Visita ao Brasil do Primeiro Ministro José Maria Neves.
Cabo Verde	Julho de 2006	Instalação do Centro Profissional do SENAI em Praia.

Cabo Verde	Outubro de 2007	Brasil e Cabo verde assinaram protocolo bilateral estabelecendo cooperação brasileira com vistas ao ingresso de cabo Verde na OMC.
Cabo Verde	Maio de 2008	Missão Parlamentar brasileira, composta por membros da comissão de Relações Exteriores do Senado Federal visita Cabo Verde.
Cabo Verde	Junho de 2008	Chanceler Victor Borges faz viagem ao Brasil, passando por Brasília, São Paulo e Fortaleza.
Cabo Verde	Junho de 2008	Visita de Celso Amorim a Cabo Verde.
Cabo Verde	Julho de 2008	Cabo Verde é admitido na OMC
Cabo Verde	Março de 2009	Reunião Extraordinária da CPLP em Praia para discutir a situação em Guiné-Bissau. Encontro paralelo do Chanceler Celso Amorim com a Ministra das Finanças cabo-verdiana: Cristina Duarte.
Cabo Verde	Julho de 2009	I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas e de Cooperação.

Cronologia das Relações Bilaterais com a Nigéria: Tabela 1.2

Nigéria	Janeiro de 2005	Chanceler Celso Amorim visita a Nigéria
Nigéria	Março de 2005	Embaixada do Brasil na Nigéria transferida para Abuja
Nigéria	Junho de 2006	Chanceler nigeriano visita o Brasil.
Nigéria	Junho de 2007	Encontro dos presidentes Lula e Yar'Adua, em Berlim, antes da Cúpula do G- 8.
Nigéria	Agosto de 2007	Visita de missão do setor energético da Nigéria ao Brasil.
Nigéria	Abril de 2008	Ministro do Comércio da Nigéria, Garba Bichi, visita o Brasil.
Nigéria	Agosto de 2008	Visita de missão do Ministério das Minas e Energia á Nigéria.
Nigéria	Julho de 2009	Presidente da Nigéria, Umaru Adua, visita o Brasil.
Nigéria	Setembro de 2009	Ministro dos negócios Estrangeiros da Nigéria, Chief Ojo Maduekwe, lidera missão ministerial nigeriana em visita ao Brasil.

Cronologia das relações bilaterais do Brasil - Gana. Tabela 1.3

Gana	Maio de 2003	Ministro das Relações Exteriores, Embaixadores Celso Amorim, realiza escala técnica e reunião de trabalho em Acra.
Gana	Fevereiro de 2004	Diretor do Departamento de África do MRE, Embaixador Pedro Motta visita Acra.
Gana	Abril de 2005	Presidente Luís Inácio Lula da Silva realiza, visita de Estado a Acra.
Gana	Março de 2007	Visita do Ministro das Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, Acra.
Gana	Setembro de 2007	Missão multidisciplinar da Agência Brasileira de Cooperação.
Gana	Junho de 2009	Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Jorge, visita Gana.
Gana	Abril de 2010	Visita ao Brasil do vice-presidente de Gana, John Dramani Mahama.

Cronologia das Relações entre Brasil- Guiné Bissau. 1.4

Guiné Bissau	Janeiro de 2005	Visita do Ministro Celso Amorim à Guiné Bissau.
Guiné Bissau	Abril de 2005	Visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.
Guiné Bissau	Março de 2006	Visita de trabalho do Ministro de Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das comunidades da Guiné Bissau, Antônio Monteiro ao Brasil.
Guiné Bissau	Novembro de 2007	Visita oficial do Presidente João Bernardo Vieira ao Brasil.
Guiné Bissau	Dezembro de 2007	Brasil é escolhido para coordenar a configuração da Comissão de construção de Paz (CCP) da ONU para a Guiné – Bissau
Guiné Bissau	Novembro de 2008	Eleições legislativas na Guiné Bissau. O Brasil envia observador eleitoral em missão da CPLP.
Guiné Bissau	Novembro de 2009	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à Guiné Bissau.
São Tomé e Príncipe	Março de 2003	Decreto cria a Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe, até então o único Esatdo membro da CPLP no qual o brasil mantinha missão diplomática

		residente.
São Tomé e Príncipe	Julho de 2004	Visita do PR Lula a São Tomé e Príncipe para a cúpula da CPLP.
São Tomé e Príncipe	Agosto de 2005	Visita oficial ao Brasil do PR Fradique de Menezes
São Tomé e Príncipe	Março de 2007	Visita oficial ao Brasil do MNE Carlos Gustavo dos Anjos.
São Tomé e Príncipe	Dezembro de 2007	Brasil concede linha de crédito no valor de US\$ 5 milhões a São Tomé e Príncipe para aquisição de alimentos e produtos de primeira necessidade no mercado brasileiro.
São Tomé e Príncipe	Março de 2009	Visita oficial ao Brasil do PM Rafael Branco.

Cronologia das Relações entre Brasil-Angola. Tabela: 1.5

Angola	Maio de 2003	Visita de Celso Amorim a Luanda.
Angola	Novembro de 2003	Viagem do Presidente Lula a Luanda
Angola	Abril de 2004	Abertura de linha de crédito de US\$150 milhões. O banco do Brasil abre escritório de

		Representação em Angola.
Angola	Maio de 2006	A Petrobrás aumenta substancialmente as operações em Angola.
Angola	Outubro de 2007	Visita do Presidente Luis Inácio Lula da Silva a Luanda.
Angola	Maio de 2008	Missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal visita Luanda.
Angola	Novembro de 2008	Reunião preparatória á VII Comista Brasil - Angola.

Cronologia das Relações entre Brasil- Cameroun: Tabela: 1.6

Cameroun	2004	Assinatura de Memorando de Entendimento na Área de Educação.
Cameroun	2005	Reabertura da Embaixada do Brasil em Iaundê em abril, visitas de Celso Amorim em e Lula no mesmo ano.
Cameroun	2007	Abertura de leitorado de língua brasileira na Universidade de Iaundê I.

Cronologia das Relações Brasil - África do Sul. Tabela: 1.7

África do Sul	Junho de 2003	Criação do Fórum IBAS
África do Sul	Novembro de 2003	Visita de Lula á África do Sul.
África do Sul	Setembro de 2006	I cúpula do IBAS, em Brasília.
África do Sul	Outubro de 2007	Visita do presidente Lula a África do Sul.
África do Sul	Outubro de 2009	Visita do presidente Zuma ao Brasil.
África do Sul	Dezembro de 2010	Cúpula do IBAS em Brasília.

Cronologia das Relações do Brasil – República do Congo. 1.8

República do Congo	Outubro de 2003	Abertura de Consulado Honorário do Congo em Fortaleza
República do Congo	Junho de 2005	Presidente do Congo, Denis Sassou N' gresso, visita o Brasil.
República do Congo	Março de 2007	Realização da II Reunião da Comissão Mista Brasil- Congo.
República do Congo	Outubro de 2007	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita o Congo.
República do Congo	Outubro de 2007	Abertura da Embaixada brasileira em Brazzaville.
República do Congo	Abril de 2008	Visita dos Ministros congolezes do Planejamento e Organização

		do Território, Pierre Moussa, e Agricultura e Pecuária, Rigobert Maboundou, ao Brasil.
República do Congo	Agosto de 2008	Afonso José Santos é acreditado como primeiro Embaixador do Brasil em Brazzaville.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a competição e a cooperação são duas coisas que podem ser orientadas: “embora de modo diverso, para um objetivo material comum: È em primeiro lugar, sua relação com esse objetivo o que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si.” (HOLANDA, 1995, p.60) Estas explicações, reafirmam nossa argumentação de que o Brasil preferiu cooperar com a África para que assim pudesse haver um estreitamento de relações entre ambos.

Segundo Celso Amorim, a África tem sede de Brasil, embora tenhamos vivido um processo histórico sofrido que surgiu a partir do tráfico negreiro. Sede de Brasil porque segundo o Ministro Amorim, a África vê no Brasil um pouco do resultado de sua contribuição. “O Brasil é visto, talvez por ser um país em desenvolvimento, que enfrenta desafios semelhantes aos deles e tem conseguido superá-los, como um paradigma que os países africanos gostariam de seguir, ou cuja experiência gostariam de emular. Penso que o presidente Lula, que sempre teve ligação, aqui no Brasil, com os movimentos negros, tinha plena consciência disso. A grande característica de nossas relações com a África é que não são propriamente objeto de uma negociação. Há um conjunto de ações.” (AMORIM, 2011, p.481-482).